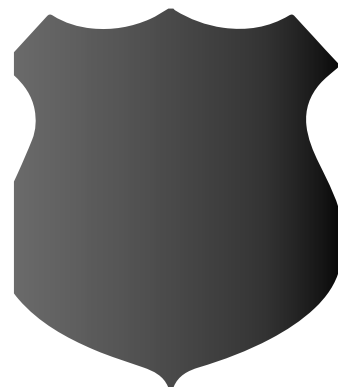


# DIREITO CONSTITUCIONAL



## PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA

1. (CESPE - 2015) julgue o item a seguir.

A prevalência dos direitos humanos, a concessão de asilo político e a solução pacífica de conflitos são princípios fundamentais que regem as relações internacionais do Brasil.

2. (CESPE - 2015) Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue o item a seguir.

Nas relações internacionais, a República Federativa do Brasil é regida pelo princípio da concessão de asilo político.

3. (CESPE - 2015) julgue o item a seguir.

De acordo com a CF, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais.

4. (CESPE - 2015) julgue o item a seguir.

Nos termos da nossa CF, todo o poder emana do povo que, por sua vez, o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos.

5. (CESPE - 2015) julgue o item a seguir.

O Brasil rege-se nas relações internacionais, entre outros princípios, pelos princípios da intervenção e vedação de concessão de asilo político.

6. (CESPE - 2015) julgue o item a seguir.

A busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina visa à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

7. (CESPE - 2015) Julgue o item seguinte, relativo aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

O princípio da dignidade da pessoa humana pode ser relativizado, porque, diante de casos concretos, é permitido o juízo de ponderação, visto que são variados os titulares desse direito fundamental.

8. (CESPE - 2015) O pluralismo político é princípio fundamental que assegura aos cidadãos até mesmo o apartidarismo.

9. (CESPE - 2015) o item subsequente.

A concessão de asilo político a estrangeiro é princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, mas, como ato de soberania estatal, o Estado brasileiro não está obrigado a realizá-lo.

10. **(CESPE - 2015)** e dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

A livre iniciativa, fundamento da República Federativa do Brasil, possui valor social que transcende o interesse do empreendedor, merecendo proteção constitucional apenas quando respeitar e ajudar a desenvolver o trabalho humano. Por isso, não se coaduna com a CF empreitada que deixe de assegurar os direitos sociais dos trabalhadores.

11. **(CESPE - 2015)** e dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

O pluralismo político, fundamento da República Federativa do Brasil, é pautado pela tolerância a ideologias diversas, o que exclui discursos de ódio, não amparados pela liberdade de manifestação do pensamento.

12. **(CESPE - 2015)** julgue o item seguinte.

O regime político adotado na CF caracteriza a República Federativa do Brasil como um estado democrático de direito em que se conjuga o princípio representativo com a participação direta do povo por meio do voto, do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.

13. **(CESPE - 2014)** Julgue o item a seguir, com relação aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 e à aplicabilidade de suas normas.

A concessão de asilo político é princípio norteador das relações internacionais brasileiras, conforme expressa disposição do texto constitucional.

14. **(CESPE - 2015)**

A dignidade da pessoa humana, princípio fundamental da República Federativa do Brasil, promove o direito à vida digna em sociedade, em prol do bem comum, fazendo prevalecer o interesse coletivo em detrimento do direito individual.

15. **(CESPE - 2015)**

O pluralismo político traduz a liberdade de convicção filosófica e política, assegurando aos indivíduos, além do engajamento pluripartidário, o direito de manifestação de forma apartidária.

16. **(CESPE - 2014)** A respeito das classificações das constituições e dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

Ao implementar ações que visem reduzir as desigualdades sociais e regionais e garantir o desenvolvimento nacional, os governos põem em prática objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

17. **(CESPE - 2014)** A respeito de princípios fundamentais e de direitos e garantias fundamentais, julgue o próximo item.

A democracia brasileira é indireta, ou representativa, haja vista que o poder popular se expressa por meio de representantes eleitos, que recebem mandato para a elaboração das leis e a fiscalização dos atos estatais.

18. **(CESPE - 2014)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais e dos princípios constitucionais, julgue os itens subsequentes.

A República Federativa do Brasil, constituída como Estado democrático de direito, visa

garantir o pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais, incluindo-se, entre seus fundamentos, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

( ) Certo      ( ) Errado

- 19. (CESPE - 2015)** julgue o item abaixo.

Os valores sociais da livre iniciativa e a livre iniciativa são princípios da República Federativa do Brasil; o primeiro é um fundamento, e o segundo, um princípio geral da atividade econômica.

- 20. (CESPE - 2014)** Acerca da classificação das constituições e dos princípios fundamentais, julgue os itens a seguir, considerando que a CF corresponde à Constituição Federal de 1988.

A CF propugna, de forma específica, a integração econômica, política, social e cultural do Brasil com os povos da América Latina

- 21. (CESPE - 2016)** Assinale a opção correta acerca dos princípios fundamentais que regem as relações do Brasil na ordem internacional conforme as disposições da CF.

Em casos de profunda degradação da dignidade humana em determinado Estado, o princípio fundamental internacional da prevalência dos direitos humanos sobrepõe-se à própria soberania do Estado.

- 22. (CESPE - 2016)** Assinale a opção correta acerca dos princípios fundamentais que regem as relações do Brasil na ordem internacional conforme as disposições da CF.

O princípio da independência nacional conduz à igualdade material entre os Estados, na medida em que, na esfera econômica, são iguais as condições existentes entre eles na ordem internacional.

- 23. (CESPE - 2016)** Assinale a opção correta acerca dos princípios fundamentais que regem as relações do Brasil na ordem internacional conforme as disposições da CF.

O princípio da não intervenção é absoluto, razão por que se deve respeitar a soberania de cada um no âmbito externo e por que nenhum Estado pode sofrer ingerências na condução de seus assuntos internos.

- 24. (CESPE - 2016)** Assinale a opção correta acerca dos princípios fundamentais que regem as relações do Brasil na ordem internacional conforme as disposições da CF.

Em razão do princípio fundamental internacional da concessão de asilo político, toda pessoa vítima de perseguição, independentemente do seu motivo ou de sua natureza, tem direito de gozar asilo em outros Estados ou países.

- 25. (CESPE - 2016)** Assinale a opção correta acerca dos princípios fundamentais que regem as relações do Brasil na ordem internacional conforme as disposições da CF.

A concessão de asilo político consiste não em princípio que rege as relações internacionais, mas em direito e garantia fundamental da pessoa humana, protegido por cláusula pétrea.

- 26. (CESPE - 2015)**

A cidadania envolve não só prerrogativas que viabilizem o poder do cidadão de influenciar as decisões políticas, mas também a obrigação de respeitar tais decisões, ainda que delas discorde.

- 27. (CESPE - 2015)**

A dignidade da pessoa humana é conceito eminentemente ético-filosófico, insuscetível

de detalhada qualificação normativa, de modo que de sua previsão na Constituição não resulta grande eficácia jurídica, em razão de seu conteúdo abstrato.

**28. (CESPE - 2015)**

O valor social do trabalho possui como traço caracterizador primordial e principal a liberdade de escolha profissional, correspondendo à opção pelo modelo capitalista de produção.

**29. (CESPE - 2015)**

A valorização social do trabalho e da livre-iniciativa não alcança, indiscriminadamente, quaisquer manifestações, mas apenas atividades econômicas capazes de impulsionar o desenvolvimento nacional.

**30. (CESPE - 2015)**

O conceito atual de soberania exprime o autorreconhecimento do Estado como sujeito de direito internacional, mas não engloba os conceitos de abertura, cooperação e integração.

**31. (CESPE - 2015) assinale a opção correta.**

A soberania nacional pressupõe a soberania das normas internas fixadas pela CF sobre os atos normativos das organizações internacionais nas situações em que houver conflito entre ambos.

**32. (CESPE - 2015) assinale a opção correta.**

A dignidade da pessoa humana não representa, formalmente, um fundamento da República Federativa do Brasil.

**33. (CESPE - 2015) assinale a opção correta.**

Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa visam proteger o trabalho exercido por qualquer pessoa, desde que com finalidade lucrativa.

**34. (CESPE - 2015) assinale a opção correta.**

Em decorrência do pluralismo político, é dever de todo cidadão tolerar as diferentes ideologias político-partidárias, ainda que, na manifestação dessas ideologias, haja conteúdo de discriminação racial.

35. (CESPE - 2015) assinale a opção correta.

A forma federativa do Estado pressupõe a repartição de competências entre os entes federados, que são dotados de capacidade de auto-organização e de autolegislação.

GABARITO					
1	CERTO	2	CERTO	3	CERTO
4	CERTO	5	ERRADO	6	CERTO
7	CERTO	8	CERTO	9	CERTO
10	CERTO	11	CERTO	12	CERTO
13	CERTO	14	ERRADO	15	CERTO
16	CERTO	17	ERRADO	18	CERTO
19	CERTO	20	CERTO	21	CERTO
22	ERRADO	23	ERRADO	24	ERRADO
25	ERRADO	26	CERTO	27	ERRADO
28	ERRADO	29	ERRADO	30	ERRADO
31	ERRADO	32	ERRADO	33	ERRADO
34	ERRADO	35	CERTO		

## TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.

1. **(CESPE - 2016)** No dia 4 de janeiro de 2016, o Movimento Tarifa Zero convocou cidadãos a participarem de manifestação contra o aumento das tarifas de trens, ônibus e metrô. A manifestação seria realizada no dia 3 de fevereiro de 2016 em frente à sede da prefeitura de determinado município. O organizador do movimento encaminhou, previamente à data prevista para a realização do evento, ofício à prefeitura e às demais autoridades competentes avisando sobre a manifestação. Em resposta ao ofício, a prefeitura informou que não autorizaria a realização do movimento em quaisquer áreas públicas daquele município, sob o fundamento de que no município ainda não havia legislação disciplinando o exercício do direito de reunião.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O município agiu corretamente ao não autorizar a realização da reunião, pois o exercício do direito fundamental de reunião depende de lei regulamentadora, por ser norma constitucional de eficácia limitada (ou reduzida).

2. **(CESPE - 2015)** No que se refere aos direitos fundamentais, julgue o próximo item.
- O respeito aos direitos fundamentais deve subordinar tanto o Estado quanto os particulares, igualmente titulares e destinatários desses direitos.
3. **(CESPE - 2015)** No que se refere aos direitos fundamentais, julgue o próximo item.
- Direito fundamental pode sofrer limitações, mas é inadmissível que se atinja seu núcleo essencial de forma tal que se lhe desnature a essência.
4. **(CESPE - 2015)** No que concerne aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item que se segue.
- A ilimitabilidade é uma característica dos direitos fundamentais consagrados na CF, pois esses são absolutos e, diante de casos concretos, devem ser interpretados com base na regra da máxima observância dos direitos envolvidos.
5. **(CESPE - 2015)** No que concerne aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item que se segue.
- O rol de direitos e garantias apresentados no título “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” da CF não é exaustivo, pois existem dispositivos normativos, em diferentes títulos e capítulos do texto constitucional, que também tratam de direitos e garantias fundamentais.
6. **(CESPE - 2015)** julgue o item que se segue
- Na CF, a classificação dos direitos e garantias fundamentais restringe-se a três categorias: os direitos individuais e coletivos, os direitos de nacionalidade e os direitos políticos.
7. **(CESPE - 2015)** julgue o item que se segue.
- Os direitos fundamentais só podem ser garantidos quando regulamentados em lei.

8. **(CESPE - 2015)** julgue o item que se segue.  
A CF traz uma enumeração taxativa dos direitos fundamentais.
9. **(CESPE - 2015)** Julgue o item seguinte, com relação aos direitos sociais e políticos.  
As ações afirmativas do Estado na área da educação visam garantir o direito social do cidadão, direito fundamental de segunda geração, e assegurar a isonomia material.
10. **(CESPE - 2015)** No que diz respeito aos direitos fundamentais, julgue o item seguinte.  
Os direitos fundamentais, considerados como cláusula pétrea das constituições, podem sofrer limitações por ponderação judicial caso estejam em confronto com outros direitos fundamentais, por alteração legislativa, via emenda constitucional, desde que, nesse último caso, seja respeitado o núcleo essencial que os caracteriza.
11. **(CESPE - 2015)** No que diz respeito aos direitos fundamentais, julgue o item seguinte.  
A característica da universalidade consiste em que todos os indivíduos sejam titulares de todos os direitos fundamentais, sem distinção.
12. **(CESPE - 2014)** A respeito de princípios fundamentais e de direitos e garantias fundamentais, julgue o próximo item.  
Historicamente, os direitos fundamentais de primeira dimensão pressupõem dever de abstenção pelo Estado, ao contrário dos direitos fundamentais de segunda dimensão, que exigem, para sua concretização, prestações estatais positivas.
13. **(CESPE - 2013)** Considerando as regras do direito constitucional, julgue o item a seguir.  
Embora os direitos e as garantias fundamentais se destinem essencialmente às pessoas físicas, alguns deles podem ser estendidos às pessoas jurídicas.
14. **(CESPE - 2016)** Em atenção aos direitos e garantias fundamentais da Constituição brasileira, assinale a opção correta.  
A constituição consagra expressamente a teoria absoluta do núcleo essencial de direitos fundamentais.
15. **(CESPE - 2016)** Em atenção aos direitos e garantias fundamentais da Constituição brasileira, assinale a opção correta.  
Direitos fundamentais formalmente ilimitados, desprovidos de reserva legal, não podem sofrer restrições de qualquer natureza.
16. **(CESPE - 2016)** Em atenção aos direitos e garantias fundamentais da Constituição brasileira, assinale a opção correta.  
O gozo da titularidade de direitos fundamentais pelos brasileiros depende da efetiva residência em território nacional.
17. **(CESPE - 2016)** Em atenção aos direitos e garantias fundamentais da Constituição brasileira, assinale a opção correta.  
Há direitos fundamentais cuja titularidade é reservada aos estrangeiros.



18. **(CESPE - 2011)** Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens subsecutivos.  
A característica de relatividade dos direitos fundamentais possibilita que a própria Constituição Federal de 1988 (CF) ou o legislador ordinário venham a impor restrições ao exercício desses direitos.
19. **(CESPE - 2015)** julgue os itens a seguir.  
A CF preceitua que o Estado não pode usar de meios coercitivos para garantir a efetividade dos direitos fundamentais.
20. **(CESPE - 2011)** Se o cidadão não exercer as prerrogativas que lhe são conferidas por seus direitos fundamentais, então ele poderá a elas renunciar.
21. **(CESPE - 2011)** São características inerentes aos direitos fundamentais a sua historicidade e universalidade.
22. **(CESPE - 2011)** Os direitos fundamentais são imprescritíveis, visto que podem ser exercidos ou reclamados a qualquer tempo.
23. **(CESPE - 2009)** Uma grande fazenda situada em área declarada como Serra do Mar foi afetada por ato administrativo normativo que, ao criar reservas florestais na área, impediu a realização da atividade econômica de criação de gado no local, e também pelas normas protetivas instituídas pelo Código Florestal relativas às áreas de reserva legal e de preservação permanente. O proprietário ajuizou, então, ação com pedido de indenização contra o poder público, pois entendeu que as restrições acarretaram grande prejuízo econômico, já que seu imóvel era destinado justamente à criação de gado leiteiro e de corte.  
Diante dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.  
A atuação do poder público visa resguardar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o qual, segundo a tradicional classificação de direitos constitucionais em gerações de direitos, configura um típico direito de terceira geração.
24. **(CESPE - 2016)** Enquanto os direitos civis e políticos se baseiam em abstenções por parte do Estado, os direitos sociais pressupõem prestações positivas do Estado.
25. **(CESPE - 2004)** Considerando os direitos e as garantias individuais e coletivas no direito brasileiro, julgue o item a seguir.  
A inviolabilidade de direitos individuais é distinguida das garantias constitucionais, ainda que atuem em conexão.
26. **(CESPE - 2004)** Em matérias referentes à vida, à igualdade, à liberdade e à propriedade, os destinatários dos direitos e garantias individuais podem ser tanto pessoas físicas quanto jurídicas.
27. **(CESPE - 2004)** Os chamados direitos coletivos podem encontrar fundamento em toda a ordem constitucional e mesmo em torno da ordem infraconstitucional, sendo que alguns deles, como o de reunião e o de associação, são direitos individuais de expressão coletiva.
28. **(CESPE - 2014)** Julgue o item a seguir, relativo aos direitos e às garantias fundamentais.

As disposições meramente declaratórias, que instituem as garantias, imprimem existência legal aos direitos reconhecidos, e as disposições assecuratórias, que instituem direitos, limitam o poder, em defesa dos direitos.

- 29. (CESPE - 2014)** Julgue o item a seguir, relativo aos direitos e às garantias fundamentais.
- A solução para conflitos de interesses decorrentes da relativização dos direitos fundamentais tanto encontra disciplina na própria Constituição quanto permite ao intérprete, no caso concreto, decidir qual direito deverá prevalecer, considerando-se a regra da máxima observância dos direitos fundamentais envolvidos, conjugando-a com a sua mínima restrição.
- 30. (CESPE - 2004)** Julgue o item a seguir, relativo aos direitos e às garantias fundamentais.
- Conforme já manifestou o STF e a doutrina dominante, os direitos individuais e coletivos não se restringem aos elencados no artigo quinto da CF, podendo ser encontrados ao longo do texto constitucional.
- 31. (CESPE - 2014)** Julgue o item a seguir, relativo aos direitos e às garantias fundamentais.
- A CF classifica, para fins de sistematização, o gênero direitos e garantias fundamentais em dois grupos: direitos e deveres individuais e coletivos e direitos sociais.
- 32. (CESPE - 2014)** Julgue o item a seguir, relativo aos direitos e às garantias fundamentais.
- Os direitos de primeira dimensão, ou direitos de liberdades, têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa, ostentando a subjetividade como traço característico, e são considerados direitos de resistência ou de oposição perante o Estado.
- 33. (CESPE - 2015)** foi chamada de Constituição Cidadã. Com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais consagrados na Carta Magna brasileira, julgue o item a seguir.
- O direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade é assegurado a todos os brasileiros, sem distinção, mas existem ressalvas quanto a essa garantia para os estrangeiros residentes no país.
- 34. (CESPE - 2014)** Acerca dos direitos fundamentais e do conceito e da classificação das constituições, julgue os itens a seguir.
- Os direitos fundamentais têm o condão de restringir a atuação estatal e impõem um dever de abstenção, mas não de prestação.
- 35. (CESPE - 2015)**
- A historicidade, como característica dos direitos fundamentais, proclama que seu conteúdo se modifica e se desenvolve de acordo com o lugar e o tempo. Por isso, os direitos fundamentais podem surgir e se transformar.

- 36. (CESPE - 2014)** Com relação aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

Os direitos e garantias individuais previstos na CF têm caráter absoluto.

- 37. (CESPE - 2014)** os itens subsequentes.

O catálogo de direitos fundamentais na CF inclui, além dos direitos e garantias expressos em seu texto, outros que decorrem do regime e dos princípios por ela adotados, ou de tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

- 38. (CESPE - 2014)** No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, refere-se à Constituição Federal de 1988.

Os direitos previstos na CF alcançam tanto as pessoas naturais, brasileiras ou estrangeiras, no território nacional, como as pessoas jurídicas.

- 39. (CESPE - 2013)** Julgue o item subsequente, com relação aos direitos e garantias fundamentais, aos remédios constitucionais e à aplicabilidade das normas constitucionais.

Considerando-se que o art. 5.º da CF prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, é correto afirmar que aos estrangeiros não residentes no Brasil não se garantem esses direitos.

- 40. (CESPE - 2013)** Considerando os direitos sociais e os direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte.

Tanto os direitos sociais quanto os direitos e garantias individuais impõem ao Estado uma obrigação de não fazer, ou seja, uma postura deliberadamente omissiva que visa resguardar a esfera de liberdade individual e coletiva dos cidadãos.

- 41. (CESPE - 2013)** Em relação aos direitos fundamentais, aos remédios constitucionais e à organização político-administrativa do Estado, julgue os itens subsecutivos.

Constituem os chamados direitos de primeira geração os direitos civis e sociais, caracterizados pelo valor da liberdade, enquanto os denominados direitos de segunda geração são aqueles relacionados aos direitos econômicos, políticos e culturais, decorrentes do ideal da igualdade, e os chamados direitos de terceira geração são representados pelos direitos correlacionados ao valor da solidariedade ou fraternidade.

- 42. (CESPE - 2016)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

Tratados e convenções internacionais recepcionados pela República Federativa do Brasil, em geral, têm status equivalente ao das emendas constitucionais.

- 43. (CESPE - 2016)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.
- Os direitos e garantias individuais previstos no texto constitucional não são assegurados apenas às pessoas físicas brasileiras e estrangeiras residentes no país, alcançando também as pessoas jurídicas, como, por exemplo, no reconhecimento de indenização por danos morais por violação à imagem.
- 44. (CESPE - 2016)** No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais.
- Os direitos e as garantias individuais não são assegurados às pessoas jurídicas, uma vez que elas possuem dimensão coletiva.
- 45. (CESPE - 2016)** A respeito dos direitos e das garantias fundamentais.
- Os direitos sociais, econômicos e culturais são, atualmente, classificados como direitos fundamentais de terceira geração.
- 46. (CESPE - 2016)** A respeito dos direitos e das garantias fundamentais.
- O direito ao meio ambiente equilibrado e o direito à autodeterminação dos povos são exemplos de direitos classificados como de segunda geração.
- 47. (CESPE - 2016)** A respeito dos direitos e das garantias fundamentais.
- A doutrina moderna classifica os direitos civis e políticos como direitos fundamentais de primeira geração.
- 48. (CESPE - 2015)** Acerca de princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais e aplicabilidade das normas constitucionais.
- As normas programáticas, que veiculam princípios a serem cumpridos pelo Estado, podem ser exemplificadas, entre outras, pela previsão constitucional de proteção ao mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos.

GABARITO					
1	ERRADO	2	CERTO	3	CERTO
4	ERRADO	5	CERTO	6	ERRADO
7	ERRADO	8	ERRADO	9	CERTO
10	CERTO	11	ERRADO	12	CERTO
13	CERTO	14	ERRADO	15	ERRADO
16	ERRADO	17	CERTO	18	CERTO
19	ERRADO	20	ERRADO	21	CERTO
22	CERTO	23	CERTO	24	CERTO
25	CERTO	26	CERTO	27	CERTO
28	ERRADO	29	CERTO	30	CERTO
31	CERTO	32	CERTO	33	ERRADO
34	ERRADO	35	ERRADO	36	CERTO

37	CERTO	38	CERTO	39	ERRADO
40	ERRADO	41	ERRADO	42	ERRADO
43	CERTO	44	ERRADO	45	ERRADO
46	ERRADO	47	CERTO	48	CERTO

## DIREITOS INDIVIDUAIS

1. **(CESPE - 2015)** Julgue o item subsequente, referente ao conceito e classificação da Constituição e à aplicabilidade das normas dispostas na Constituição Federal de 1988 (CF).

O direito fundamental à liberdade de crença é norma de eficácia limitada, pois, conforme a CF, a lei pode impor o cumprimento de prestação alternativa no caso de a crença ser invocada contra dispositivo legal.
2. **(CESPE - 2016)** No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, à nacionalidade e aos direitos políticos, julgue o item que se segue, tendo como referência as disposições da CF.

Em caso de flagrante delito no interior do domicílio de determinado indivíduo, no período noturno, a autoridade policial poderá adentrá-lo independentemente de determinação judicial.
3. **(CESPE - 2016)** No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, à nacionalidade e aos direitos políticos, julgue o item que se segue, tendo como referência as disposições da CF.

Depende de decisão judicial com trânsito em julgado a suspensão das atividades de associação que tenha praticado alguma ilegalidade.
4. **(CESPE - 2016)** A respeito dos direitos fundamentais, julgue o item a seguir.

O direito à vida desdobra-se na obrigação do Estado de garantir à pessoa o direito de continuar viva e de proporcionar-lhe condições de vida digna.
5. **(CESPE - 2016)** A respeito dos direitos fundamentais, julgue o item a seguir.

Em decorrência do princípio da igualdade, é vedado ao legislador elaborar norma que dê tratamento distinto a pessoas diversas.
6. **(CESPE - 2016)** A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na CF, julgue o item que se segue.

A Defensoria Pública da União (DPU) pode, em decorrência de expressa previsão constitucional, requisitar diretamente a instituição financeira informações bancárias de cidadão brasileiro.
7. **(CESPE - 2015)** À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item que se segue, acerca dos direitos e garantias fundamentais, da nacionalidade e dos direitos políticos.

O direito fundamental à vida também se manifesta por meio da garantia de condições para uma existência digna.
8. **(CESPE - 2015)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

A CF assegura a liberdade de pensamento, mas veda o anonimato, uma vez que o conhecimento da autoria torna possível a utilização do direito de resposta.

9. **(CESPE - 2015)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação é livre, mas a lei pode prever casos de censura ou de exigência de licença do poder público para o seu exercício.

10. **(CESPE - 2015)** A respeito das associações, julgue o item subsequente à luz das disposições da CF.

As associações possuem legitimidade para deduzir interpelação judicial como medida preparatória de ação penal em defesa da honra de seus associados.

11. **(CESPE - 2015)** Acerca dos direitos humanos, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item subsequente.

Para fins do direito à inviolabilidade do domicílio, o conceito de casa não abrange locais nos quais são exercidas atividades de índole profissional, como consultórios e escritórios.

12. **(CESPE - 2015)** Acerca dos direitos humanos, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item subsequente.

A defesa, em espaços públicos, da legalização das drogas foi considerada pelo STF como manifestação pública compatível com o direito à liberdade de pensamento.

13. **(CESPE - 2015)** Acerca dos direitos humanos, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item subsequente.

O direito de reunião constitui instrumento viabilizador do exercício da liberdade de expressão e propicia a ativa participação da sociedade civil mediante exposição de ideias, opiniões, propostas, críticas e reivindicações.

14. **(CESPE - 2015)** Acerca dos direitos humanos, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item subsequente.

A proteção do direito de imagem do indivíduo é autônoma em relação à sua honra.

15. **(CESPE - 2015)** Ainda com relação aos direitos humanos, julgue o próximo item à luz da CF.

As entidades associativas, se expressamente autorizadas, possuem legitimidade para representar seus filiados na esfera judicial.

16. **(CESPE - 2015)** Ainda com relação aos direitos humanos, julgue o próximo item à luz da CF.

Na hipótese de iminente perigo, o poder público competente poderá requisitar o uso de propriedade particular, estando assegurada ao proprietário a possibilidade de ser indenizado em caso de dano ao seu patrimônio.

17. **(CESPE - 2015)** Ainda com relação aos direitos humanos, julgue o próximo item à luz da CF.

Como regra, não se admite a privação de liberdade de locomoção em razão de dívidas.

18. **(CESPE - 2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos direitos e garantias fundamentais da República Federativa do Brasil.

A dimensão substancial da liberdade de expressão guarda relação íntima com o pluralismo político na medida em que abarca, antes, a formação da própria opinião como pressuposto para sua posterior manifestação.

- 19. (CESPE - 2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos direitos e garantias fundamentais da República Federativa do Brasil.
- Ações afirmativas são mecanismos que visam viabilizar uma isonomia material em detrimento de uma isonomia formal por meio do incremento de oportunidades para determinados segmentos.
- 20. (CESPE - 2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos direitos e garantias fundamentais da República Federativa do Brasil.
- Uma banda formada por músicos amadores não remunerados estará dispensada do pagamento de direitos autorais em razão da execução de obra musical alheia.
- 21. (CESPE - 2015)** No que tange aos direitos e às garantias individuais e coletivos, julgue o item que se segue.
- De acordo com a CF, e com base no direito à escusa de consciência, o indivíduo pode se recusar a praticar atos que conflitam com suas convicções religiosas, políticas ou filosóficas, sem que essa recusa implique restrições a seus direitos.
- 22. (CESPE - 2015)** No que tange aos direitos e às garantias individuais e coletivos, julgue o item que se segue.
- É plena a liberdade de associação, até mesmo a de natureza paramilitar.
- 23. (CESPE - 2015)** No que concerne aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item que se segue.
- Com base nos direitos fundamentais à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, o STF recentemente adotou posicionamento, em que entende ser necessária a autorização prévia da pessoa biografada para a publicação de obra sobre sua vida.
- 24. (CESPE - 2015)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos resguardados pela Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.
- A casa é asilo inviolável do indivíduo, de modo que ninguém pode nela penetrar sem o consentimento do morador, salvo por determinação judicial; nessa circunstância, a entrada poderá ocorrer em qualquer horário.
- 25. (CESPE - 2015)** Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item.
- Homens e mulheres são absolutamente iguais em direitos e obrigações.
- 26. (CESPE - 2015)** Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item.
- É garantida a livre manifestação do pensamento, ainda que na forma anônima.
- 27. (CESPE - 2015)** Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item.
- É assegurada a ampla liberdade de associação, independentemente de autorização dos poderes públicos.



- 28. (CESPE - 2015)** foi chamada de Constituição Cidadã. Com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais consagrados na Carta Magna brasileira, julgue o item a seguir.

A única forma de censura permitida no Brasil é a que envolve espetáculos teatrais, especialmente os voltados para o público infanto-juvenil, e os livros didáticos a serem utilizados no ensino fundamental.

- 29. (CESPE - 2015)** A respeito das associações, julgue o item subsequente à luz das disposições da CF.

A atuação das associações na defesa de seus associados em mandado de segurança coletivo independe de autorização.

- 30. (CESPE - 2015)** foi chamada de Constituição Cidadã. Com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais consagrados na Carta Magna brasileira, julgue o item a seguir.

No Brasil, está garantida a liberdade do exercício de culto religioso, uma vez que é inviolável a liberdade de consciência e de crença.

- 31. (CESPE - 2015)** No tocante aos direitos e garantias fundamentais, julgue o próximo item.

O direito à liberdade de expressão representa um dos fundamentos do Estado democrático de direito e não pode ser restringido por meio de censura estatal, salvo a praticada em sede jurisdicional.

- 32. (CESPE - 2014)** Um agente da Polícia Federal foi escalado para atuar em operação para cumprimento de mandado judicial de prisão e de busca e apreensão, durante o dia, de documentos no escritório profissional do investigado.

A respeito da atuação do agente na situação descrita acima, julgue o item a seguir.

O agente poderá acessar o conteúdo de correspondências encontradas no escritório profissional do investigado, uma vez que está prevista na CF, de forma expressa, a possibilidade de violação do sigilo das correspondências quando houver ordem judicial em processo penal.

- 33. (CESPE - 2014)** Mesmo sem o consentimento do proprietário, é permitido ao agente entrar no escritório profissional onde se encontrem os objetos de busca e apreensão.

- 34. (CESPE - 2015)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos resguardados pela Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.

O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político que tenha representação no Congresso Nacional.

- 35. (CESPE - 2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos remédios constitucionais.

A legitimidade para impetração de habeas corpus é universal, abrangendo a pessoa jurídica e também aqueles que não possuem capacidade civil plena.

- 36. (CESPE - 2014)** Com base nas normas constitucionais relativas aos direitos e garantias fundamentais e na jurisprudência do STF acerca dessa matéria, julgue os próximos itens.

É livre o exercício das profissões, podendo a lei exigir inscrição em conselho de fiscalização profissional apenas quando houver potencial lesivo na atividade, o que não ocorre com a profissão de músico, por exemplo.

- 37. (CESPE - 2014)** Com base nas normas constitucionais relativas aos direitos e garantias fundamentais e na jurisprudência do STF acerca dessa matéria, julgue os próximos itens.

Embora a casa seja asilo inviolável do indivíduo, em caso de flagrante delito, é permitido nela entrar, durante o dia ou à noite, ainda que não haja consentimento do morador ou determinação judicial para tanto.

- 38. (CESPE - 2014)** De acordo com a Constituição da República de 1988, julgue o item abaixo.

Desapropriação de terras por motivo de utilidade pública mediante indenização em dinheiro não é ação prevista, portanto, é considerada ilegal.

- 39. (CESPE - 2014)** Julgue os itens que se seguem, com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, segundo a CF.

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado.

- 40. (CESPE - 2015)** Julgue o item seguinte , acerca dos remédios constitucionais.

Deverá ser concedida a ordem em mandado de segurança quando, na fase de produção de provas, o impetrante demonstrar a existência de direito líquido e certo, ainda que inexistam elementos fáticos para convencimento da existência do direito no momento inicial da impetração.

- 41. (CESPE - 2015)** Julgue o item seguinte , acerca dos remédios constitucionais.

O mandado de segurança coletivo impetrado por sindicato dispensa autorização prévia de sindicalizados.

- 42. (CESPE - 2014)** À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional positivo brasileiro, julgue o item a seguir.

Interceptações telefônicas — comumente chamadas de grampos — e gravações ambientais realizadas por autoridade policial, sem autorização judicial, ainda que em situações emergenciais, constituem violações aos princípios estruturantes do estado democrático de direito e da dignidade da pessoa humana.

- 43. (CESPE - 2015).** Julgue o item seguinte , acerca dos remédios constitucionais.

Uma entidade de classe que estiver em funcionamento há apenas seis meses não possui, por essa razão, legitimidade para impetração de mandado de segurança coletivo em defesa de interesse de seus membros.

- 44. (CESPE - 2014)** A respeito do direito constitucional, julgue o item que se segue considerando que a sigla CF refere-se à Constituição Federal de 1988.

Um estrangeiro residente no Brasil, após ir ao jogo da final da Copa do Mundo de 2014, foi preso pela polícia, durante uma briga, na saída do estádio. Nessa situação, independentemente da intervenção de qualquer autoridade consular de seu país, o estrangeiro poderá impetrar diretamente um pedido de habeas corpus.

- 45. (CESPE - 2014)** Com referência à CF, aos direitos e garantias fundamentais, à organização político-administrativa, à administração pública e ao Poder Judiciário, julgue os itens subsecutivos.
- Terá legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo o partido político que tenha, no mínimo, um representante na Câmara dos Deputados e um no Senado Federal.
- 46. (CESPE - 2014)** No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, refere-se à Constituição Federal de 1988.
- Embora a CF preveja a inviolabilidade da intimidade e da vida privada das pessoas, é possível a quebra de sigilo bancário por parte do Ministério Público e da administração tributária, independentemente de autorização judicial.
- 47. (CESPE - 2014)** No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue.
- O direito à vida, assim como todos os demais direitos fundamentais, é protegido pela CF de forma não absoluta.
- 48. (CESPE - 2016)** Julgue o item abaixo.
- Não poderá ser conhecido habeas corpus impetrado em benefício alheio por indivíduo destituído de sanidade mental que não esteja representado ou assistido por outrem.
- 49. (CESPE - 2014)** Julgue o item abaixo.
- Entidade de classe somente pode impetrar mandado de segurança coletivo em favor de seus associados se for por eles expressamente autorizada.
- 50. (CESPE - 2013)** Julgue os itens a seguir, acerca do princípio do contraditório e da ampla defesa e do princípio da isonomia.
- Ao consagrar o princípio da isonomia, que veda de modo absoluto discriminações ou privilégios, a Constituição impede a legislação infraconstitucional de estabelecer requisitos diferenciados de admissão no serviço público.
- 51. (CESPE - 2014)** A todos os cidadãos é gratuita a ação de habeas data.
- 52. (CESPE - 2014)** O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado sempre que alguém sofrer violência em sua liberdade de locomoção.
- 53. (CESPE - 2013)** A Constituição prevê serem gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania, como o registro civil de nascimento e o assento de óbito, mas, no que se refere às ações constitucionais, assegura gratuidade apenas às ações de habeas corpus.
- 54. (CESPE - 2013)** Caso determinada repartição pública se recuse a fornecer ao requerente certidão a que este teria direito para o esclarecimento de situação pessoal, será cabível a impetração de mandado de segurança.
- 55. (CESPE - 2013)** O mandado de injunção será medida adequada quando o objetivo for o de obter do Poder Judiciário interpretação mais justa de legislação infraconstitucional.

- 56. (CESPE - 2016)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.
- Em nome da proteção constitucional à privacidade, a quebra do sigilo de dados bancários, fiscais, ou informáticos de entes privados somente pode ser determinada por decisão judicial ou de comissão parlamentar de inquérito ou por requisição do Ministério Público.
- 57. (CESPE - 2016)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.
- A norma constitucional que prevê o livre exercício da atividade profissional tem eficácia limitada, uma vez que sua aplicabilidade depende da edição de lei posterior.
- 58. (CESPE - 2016)** À luz das disposições da CF, dos direitos e garantias individuais.
- O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei ao indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos imposta, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumpri-la, o indivíduo poderá ser privado de seus direitos.
- 59. (CESPE - 2016)** À luz das disposições da CF, dos direitos e garantias individuais.
- Diante de indícios veementes da prática de ilícitos no interior de determinada residência, o agente de polícia poderá realizar busca de provas no local sem o consentimento do morador e sem mandado judicial, desde que o faça durante o dia.
- 60. (CESPE - 2016)** À luz das disposições da CF, dos direitos e garantias individuais.
- O cidadão que, naturalizado brasileiro, cometer crime comum em viagem a seu país de origem retornar ao Brasil poderá ser extraditado, bastando que haja solicitação do país da nacionalidade anterior.
- 61. (CESPE - 2016)** À luz das disposições da CF, dos direitos e garantias individuais.
- Servidor público que cometer crime no exercício da função não poderá ser condenado, na esfera penal, a partir de prova obtida por meio ilícito; no entanto, essa mesma prova, complementada por outras provas lícitas, poderá ser utilizada para aplicar penalidade em eventual processo administrativo movido contra o servidor.
- 62. (CESPE - 2016)** À luz das disposições da CF, dos direitos e garantias individuais.
- O profissional que, trabalhando com divulgação de informações, veicular, em seu nome, notícia de fonte sigilosa não estará sujeito a responder por eventuais prejuízos que essa divulgação causar a outrem.
- 63. (CESPE - 2016)** No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais.
- O direito fundamental ao contraditório não se aplica aos inquéritos policiais.
- 64. (CESPE - 2016)** No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais.
- O início de execução da pena criminal condenatória após a confirmação da sentença em segundo grau ofende o princípio constitucional de presunção da inocência.
- 65. (CESPE - 2013)** Caso o poder público se recuse a fornecer ao requerente informações de interesse particular ou coletivo, o remédio constitucional adequado para afastar a ilegalidade será o habeas data.

- 66. (CESPE - 2016)** No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais.
- O sigilo de correspondência e o sigilo das comunicações telefônicas são invioláveis ressalvadas as hipóteses legais, por ordem judicial ou administrativa devidamente motivada.
- 67. (CESPE - 2016)** No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais.
- O tribunal do júri tem competência para o julgamento dos crimes culposos e dolosos contra a vida.
- 68. (CESPE - 2013)** Quando o processo penal for manifestamente nulo, o interessado deverá valer-se dos meios ordinários para a sua defesa, mas não da impetração do habeas corpus, que não será cabível para combater nulidade do processo.
- 69. (CESPE - 2013)** No mandado de segurança coletivo impetrado por determinada associação, é indispensável que a demanda objetive tutelar direito coletivo da totalidade dos associados da impetrante.
- 70. (CESPE - 2016)** A respeito dos direitos e das garantias fundamentais.
- A comissão parlamentar de inquérito tem autonomia para determinar a busca e a apreensão em domicílio alheio, com o objetivo de coletar provas que interessem ao poder público.
- 71. (CESPE - 2016)** A respeito dos direitos e das garantias fundamentais.
- A entrada em domicílio, sem o consentimento do morador, é permitida durante o dia e a noite, desde que haja autorização judicial.
- 72. (CESPE - 2013)** São asseguradas as ações de habeas corpus e habeas data, desde que paga a respectiva taxa.
- 73. (CESPE - 2015)** A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.
- A vedação à existência de tribunais de exceção, bem como a admissão de foro por prerrogativa de função, são reflexos, em certa medida, do princípio da isonomia em sua dimensão material.
- 74. (CESPE - 2015)** A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.
- A liberdade de expressão é direito fundamental que viabiliza a autodeterminação do indivíduo e guarda estreita relação com a dignidade da pessoa humana, possuindo, ademais, dimensões instrumental e substancial, essa última compreendendo o direito aos meios adequados à expressão e à veiculação do que se pensa e do que se cria.
- 75. (CESPE - 2015)** A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.
- A liberdade religiosa é direito fundamental que, por impor a laicidade estatal, possui dimensão unicamente negativa, vinculando o Estado a um dever de abstenção.
- 76. (CESPE - 2015)** A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.
- A razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação constituem direito fundamental autônomo e novo, introduzido na Constituição brasileira por emenda constitucional.
- 77. (CESPE - 2015)** A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.
- Como limitações materiais ao poder de reforma da Constituição, as cláusulas pétreas devem ser explícitas.

- 78. (CESPE - 2015)** Acerca de princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais e aplicabilidade das normas constitucionais.
- O princípio constitucional do direito de acesso à informação veda o sigilo da fonte, ainda que se aleguem motivos profissionais.
- 79. (CESPE - 2015)** Acerca de princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais e aplicabilidade das normas constitucionais.
- O repúdio à prática do racismo configura um dos princípios que norteia a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais. Essa prática constitui crime inafiançável e imprescritível, e o referido princípio é considerado norma constitucional de eficácia contida.
- 80. (CESPE - 2013)** Conceder-se-á mandado de injunção para a retificação de dados, ao não se preferir fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- 81. (CESPE - 2013)** O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus associados
- 82. (CESPE - 2015)** Acerca de princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais e aplicabilidade das normas constitucionais.
- Segundo a CF, a casa é asilo inviolável do indivíduo, razão por que ninguém, independentemente da circunstância, poderá nela ingressar sem o consentimento do morador.
- 83. (CESPE - 2014)** No que diz respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos.
- É assegurado o direito à indenização por dano moral no caso de violação da intimidade.
- 84. (CESPE - 2014)** É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades militares de interação coletiva.
- 85. (CESPE - 2014)** É livre a manifestação do pensamento, contudo, em passeatas o anonimato é permitido.

GABARITO					
1	ERRADO	2	CERTO	3	ERRADO
4	CERTO	5	ERRADO	6	ERRADO
7	CERTO	8	CERTO	9	ERRADO
10	ERRADO	11	ERRADO	12	CERTO
13	CERTO	14	CERTO	15	CERTO
16	CERTO	17	CERTO	18	CERTO
19	CERTO	20	CERTO	21	CERTO
22	ERRADO	23	ERRADO	24	ERRADO
25	ERRADO	26	ERRADO	27	ERRADO
28	ERRADO	29	CERTO	30	CERTO

31	ERRADO	32	ERRADO	33	CERTO
34	CERTO	35	CERTO	36	CERTO
37	CERTO	38	ERRADO	39	CERTO
40	ERRADO	41	CERTO	42	CERTO
43	ERRADO	44	CERTO	45	ERRADO
46	ERRADO	47	CERTO	48	ERRADO
49	ERRADO	50	CERTO	51	CERTO
52	ERRADO	53	ERRADO	54	CERTO
55	ERRADO	56	ERRADO	57	ERRADO
58	CERTO	59	ERRADO	60	ERRADO
61	ERRADO	62	ERRADO	63	CERTO
64	ERRADO	65	ERRADO	66	ERRADO
67	ERRADO	68	ERRADO	69	ERRADO
70	ERRADO	71	ERRADO	72	ERRADO
73	CERTO	74	ERRADO	75	ERRADO
76	ERRADO	77	ERRADO	78	ERRADO
79	ERRADO	80	ERRADO	81	CERTO
82	ERRADO	83	CERTO	84	ERRADO
85	ERRADO		CERTO		

## DIREITOS SOCIAIS

1. **(CESPE - 2016)** Julgue o item a seguir, que se referem aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF e à administração pública.

Recentemente, o transporte foi incluído no rol de direitos sociais previstos na CF, que já contemplavam, entre outros, o direito à saúde, ao trabalho, à moradia e à previdência social, bem como a assistência aos desamparados.
2. **(CESPE - 2016)** Com referência à CF e às políticas de seguridade, julgue o item subsequente.

O artigo da CF que prevê os direitos sociais, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, ainda que represente uma conquista, deixou de contemplar o direito básico à moradia ao cidadão brasileiro.
3. **(CESPE - 2015)** Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item.

A cláusula de reserva do possível refere-se à possibilidade material de o poder público concretizar direitos sociais e constitui, em regra, uma limitação válida à implementação total desses direitos.
4. **(CESPE - 2015)** No que concerne aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e aos direitos fundamentais, julgue o próximo item.

A garantia do mínimo existencial, que decorre da proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, restringe a invocação da reserva do possível como óbice à concretização do acesso aos direitos sociais.
5. **(CESPE - 2015)** No que concerne aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e aos direitos fundamentais, julgue o próximo item.

O registro do sindicato no órgão competente é exigência constitucional que não se confunde com a autorização estatal para a fundação da entidade.
6. **(CESPE - 2015)** No que concerne aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e aos direitos fundamentais, julgue o próximo item.

O princípio da unicidade, que veda a criação, na mesma base territorial, de mais de uma organização sindical representativa de mesma categoria profissional, não alcança entidades que, no âmbito de um mesmo município, mas em bairros distintos, representem mesma profissão.
7. **(CESPE - 2015)** No tocante aos direitos sociais e aos direitos políticos, julgue o seguinte item.

Os direitos sociais estão inseridos na segunda geração, ou dimensão, dos direitos fundamentais.
8. **(CESPE - 2015)** No tocante aos direitos sociais e aos direitos políticos, julgue o seguinte item.

A cláusula de reserva do possível não pode ser alegada pelo Estado como obstáculo à total implementação dos direitos sociais.
9. **(CESPE - 2015)** Julgue o item subsequente, acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, dos direitos sociais, dos direitos de nacionalidade, dos direitos políticos e dos partidos políticos.



Embora não esteja previsto expressamente na CF, o princípio da proibição do retrocesso social significa que, uma vez regulamentado dispositivo constitucional de índole social, o legislador não pode retroceder, revogando ou prejudicando o direito já reconhecido.

- 10. (CESPE - 2015)** No que diz respeito a direitos sociais relacionados ao trabalho, julgue o item a seguir.

Cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria a que representa, inclusive no que diz respeito a questões administrativas.

- 11. (CESPE - 2015)** No que diz respeito a direitos sociais relacionados ao trabalho, julgue o item a seguir.

A realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menor de dezoito anos de idade é permitida desde que o empregador pague a esse trabalhador adicional pecuniário.

- 12. (CESPE - 2015)** Julgue o item seguinte, com relação aos direitos sociais e políticos.

As ações afirmativas do Estado na área da educação visam garantir o direito social do cidadão, direito fundamental de segunda geração, e assegurar a isonomia material.

- 13. (CESPE - 2015)** Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais e políticos.

Os direitos sociais impõem deveres ao Estado que assegurem ao cidadão condições mínimas para uma vida digna, independentemente da existência de recursos públicos para custeio; assim, autoriza-se a livre invasão da atividade administrativa pelo Poder Judiciário para efetivação daqueles direitos, fenômeno conhecido como judicialização de políticas públicas.

- 14. (CESPE - 2015)** No tocante aos direitos e garantias fundamentais, julgue o próximo item.

A CF, ao garantir o direito social à alimentação adequada, impõe que o poder público implemente políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

- 15. (CESPE - 2014)** A respeito dos direitos sociais e das instituições democráticas, julgue o item abaixo.

É livre a associação sindical das categoriais profissionais, sendo vedado ao poder público exigir, para a fundação de um sindicato, que haja seu registro prévio em órgão competente.

- 16. (CESPE - 2014)** No que se refere a direitos sociais individuais e coletivos dos trabalhadores, julgue o seguinte item.

Inexiste previsão constitucional da aplicação, aos empregados domésticos, do prazo prescricional fixado constitucionalmente quanto a créditos trabalhistas, igual para os trabalhadores urbanos e rurais.

- 17. (CESPE - 2014)** No que se refere a direitos sociais individuais e coletivos dos trabalhadores, julgue o seguinte item.

A criação de sindicatos independe de autorização estatal, ressalvado o registro no órgão competente, sendo vedado ao sindicato que represente a mesma categoria profissional abranger a mesma base territorial de outro.

- 18. (CESPE - 2009)** Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais.
- a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- 19. (CESPE - 2016)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.
- Os direitos sociais relativos a educação, saúde, alimentação, trabalho e moradia constituem norma constitucional de conteúdo programático, razão por que não se pode exigir dos poderes públicos atuação no sentido de provê-los.
- 20. (CESPE - 2009)** Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais.
- O seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, excluindo-se a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- 21. (CESPE - 2015)** Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais.
- A CF assegura ao trabalhador assistência gratuita aos seus filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.
- 22. (CESPE - 2015)** O salário mínimo pode ser fixado tanto por lei em sentido formal quanto por decreto legislativo, com vigência em todo o território nacional, que consubstancia a participação do Congresso Nacional na definição do montante devido à contraprestação de um serviço.
- 23. (CESPE - 2015)** Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais.
- A CF elevou o décimo terceiro salário a nível constitucional, colocando-o na base da remuneração integral, para o trabalhador na ativa, e do valor da aposentadoria, para o aposentado.
- 24. (CESPE - 2015)** Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais.
- A licença-paternidade é benefício que até hoje não foi regulamentado pela legislação infraconstitucional, continuando em vigor o mandamento previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que fixou o prazo de sete dias corridos para sua concessão.
- 25. (CESPE - 2015)** Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais
- Pelo princípio da irredutibilidade salarial, a CF veda a redução de salários, mesmo que por decisão judicial, convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- 26. (CESPE - 2013)** Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais.
- O lazer é um direito social expressamente consagrado no texto constitucional.
- 27. (CESPE - 2013)** Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais.
- A CF assegura o direito de greve ao servidor público, estabelecendo de forma clara a competência para decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele ser defendidos.

28. (CESPE - 2013) No que se refere à CF, ao poder constituinte e aos direitos e garantias fundamentais.

O direito à licença-paternidade garantido no texto constitucional é matéria inserida no âmbito da reserva legal absoluta, pois somente pode ser disciplinado por lei.

29. (CESPE - 2013) Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais.

De acordo com a CF, o direito à relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa é uma norma de eficácia plena, que deverá ser regulada por lei complementar prevendo indenização compensatória, entre outros direitos.

30. (CESPE - 2013) Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais.

A moradia é um direito individual fundamental e não um direito social do brasileiro, devendo ser consagrado para garantir e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

GABARITO					
1	CERTO	2	ERRADO	3	CERTO
4	CERTO	5	CERTO	6	ERRADO
7	CERTO	8	ERRADO	9	CERTO
10	CERTO	11	ERRADO	12	CERTO
13	ERRADO	14	CERTO	15	ERRADO
16	CERTO	17	CERTO	18	CERTO
19	ERRADO	20	ERRADO	21	ERRADO
22	ERRADO	23	CERTO	24	ERRADO
25	ERRADO	26	CERTO	27	ERRADO
28	CERTO	29	ERRADO	30	ERRADO

## DIREITOS DA NACIONALIDADE

1. **(CESPE - 2016)** No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, à nacionalidade e aos direitos políticos, julgue o item que se segue, tendo como referência as disposições da CF.  
Para que o filho de casal brasileiro nascido em país estrangeiro seja considerado brasileiro nato, ambos os pais devem estar, nesse país, a serviço da República Federativa do Brasil.
2. **(CESPE - 2016)** No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, à nacionalidade e aos direitos políticos, julgue o item que se segue, tendo como referência as disposições da CF.  
Situação hipotética: Em 2010, João foi naturalizado brasileiro e, em 2012, se envolveu em tráfico ilícito internacional de entorpecentes. Devido a essa infração penal, determinado país requereu a sua extradição. Assertiva: Nessa situação, o pedido deverá ser negado, uma vez que a CF veda a extradição de brasileiro.
3. **(CESPE - 2015)** À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item que se segue, acerca dos direitos e garantias fundamentais, da nacionalidade e dos direitos políticos.  
O cancelamento da naturalização por meio de sentença judicial transitada em julgado acarreta a perda dos direitos políticos.
4. **(CESPE - 2015)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.  
Adotou-se como regra o critério sanguíneo para a definição da nacionalidade brasileira.
5. **(CESPE - 2015)** Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue o item a seguir.  
Em nenhuma hipótese, o brasileiro nato poderá ser extraditado.
6. **(CESPE - 2015)** o item subsequente.  
A Constituição Federal determina que o brasileiro nato nunca será extraditado e que o brasileiro naturalizado somente será extraditado no caso de ter praticado crime comum antes da naturalização.
7. **(CESPE - 2015)** Quanto ao conceito de Constituição e aos direitos individuais e de nacionalidade, julgue o seguinte item.  
São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira que esteja no exterior a serviço do Brasil ou de organização internacional.
8. **(CESPE - 2014)** À luz das normas constitucionais e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.  
Cidadão português que legalmente adquira a nacionalidade brasileira não poderá exercer cargo da carreira diplomática, mas não estará impedido de exercer o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores.

9. **(CESPE - 2014)** Otto, cidadão alemão, adquiriu a nacionalidade brasileira após ingressar com pedido no Ministério da Justiça. Posteriormente, por considerar que Otto não reunia os requisitos constitucionais que lhe dariam direito à nacionalidade derivada, o Ministro da Justiça cancelou o ato de naturalização.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Segundo entendimento do STF, o referido ato do ministro da Justiça viole a CF porque, uma vez deferida a naturalização, seu cancelamento somente poderia ter ocorrido pela via judicial.

10. **(CESPE - 2014)** Com relação aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

Se um casal formado por um cidadão argentino e uma cidadã canadense for contratado pela República do Uruguai para prestar serviços em representação consular desse país no Brasil e, durante a prestação desses serviços, tiver um filho em território brasileiro, tal filho, conforme o disposto na CF, será brasileiro nato.

11. **(CESPE - 2014)** Julgue o item seguinte, relativo aos direitos e garantias fundamentais.

Considere a seguinte situação hipotética.

João, brasileiro nato, durante viagem a determinado país estrangeiro, cometeu um crime e, depois disso, regressou ao Brasil. Em seguida, o referido país requereu a extradição de João.

Nessa situação hipotética, independentemente das circunstâncias e da natureza do delito, João não poderá ser extraditado pelo Brasil.

12. **(CESPE - 2014)** Acerca das relações entre os estrangeiros e o Estado brasileiro, julgue o seguinte item.

De acordo com os critérios de nacionalidade adotados pelos Estados, a condição de nacional ou estrangeiro de um indivíduo é prerrogativa do próprio Estado, que nem sempre depende do fato de ele ter nascido ou não no território desse Estado.

13. **(CESPE - 2014)** A respeito da nacionalidade brasileira, julgue o item que se segue.

Admite-se a possibilidade de cancelamento por ato administrativo do deferimento de naturalização quando essa for embasada em premissa falsa, ou erro de fato, como a omissão de existência de condenação em momento anterior a sua naturalização.

14. **(CESPE - 2014)** A respeito da nacionalidade brasileira, julgue o item que se segue.

A Constituição assegura a igualdade de direitos entre brasileiros natos e naturalizados, mas estabelece limitações a essa isonomia, entre as quais a impossibilidade de ocupação de cargo de Ministro do Tribunal Superior Eleitoral proveniente de vaga destinada a Ministro do Supremo Tribunal Federal.

15. **(CESPE - 2014)** No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

Considere que uma criança tenha nascido nos Estados Unidos da América (EUA) e seja filha de pai americano e de mãe brasileira, que trabalhava, à época do parto, na embaixada brasileira nos EUA. Nesse caso, a criança somente será considerada brasileira nata se for registrada na repartição brasileira competente nos EUA.

- 16. (CESPE - 2014)** No que se refere aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como às funções essenciais à justiça, julgue os seguintes itens.
- Considere que Ana, cidadã brasileira, casada com Vladimir, cidadão russo, ocupe posto diplomático brasileiro na China quando Victor, filho do casal, nascer. Nessa situação, Victor será considerado brasileiro nato.
- 17. (CESPE - 2013)** Acerca dos direitos de nacionalidade e dos direitos sociais, julgue os itens seguintes.
- A naturalização de uma pessoa que tenha adquirido a nacionalidade brasileira poderá ser cancelada por ato do presidente da República, na condição de chefe de Estado, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que embasarem sua decisão.
- 18. (CESPE - 2013)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos na CF, julgue os itens seguintes.
- Considera-se brasileiro naturalizado o estrangeiro de qualquer nacionalidade casado com brasileiro nato por mais de cinco anos.
- 19. (CESPE - 2013)** Julgue o item a seguir, acerca dos direitos sociais e dos direitos de nacionalidade.
- Sempre que um brasileiro tornar-se nacional de outro país, deve-se declarar perdida sua nacionalidade brasileira.
- 20. (CESPE - 2013)** Ainda a respeito dos direitos fundamentais, julgue os seguintes itens.
- De acordo com o STF, uma vez concedida a naturalização pelo ministro de Estado da Justiça, a revisão desse ato somente pode ser feita mediante processo judicial, e não administrativamente.
- 21. (CESPE - 2013)** A respeito de nacionalidade, julgue o item a seguir.
- Como regra geral para a outorga da nacionalidade originária, o Brasil adota o critério do *ius solis*, ou critério da territorialidade, admitindo, porém, em algumas situações, o critério do *ius sanguinis* (origem sanguínea).
- 22. (CESPE - 2013)** Considerando as regras do direito constitucional, julgue o item a seguir.
- Considere que Gabriel, brasileiro nato, ao retornar para o Brasil após ter residido alguns anos nos Estados Unidos da América (EUA), tenha descoberto que fora condenado criminalmente pela justiça americana por tráfico ilícito de entorpecentes. Nessa situação hipotética, Gabriel poderá ser extraditado mediante pedido formal dos EUA.
- 23. (CESPE - 2013)** No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.
- O cargo de capitão do Exército Brasileiro somente poderá ser exercido por brasileiro nato.
- 24. (CESPE - 2013)** No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.
- Se um casal de cidadãos italianos que, por motivo de trabalho, resida no Brasil e tiver um filho em território brasileiro, esse filho será considerado como brasileiro nato.

- 25. (CESPE - 2013)** Julgue o item seguinte, acerca dos direitos e garantias fundamentais.
- À luz dos preceitos constitucionais, é possível que uma pessoa detenha a nacionalidade brasileira, mas não possa exercer a sua cidadania.
- 26. (CESPE - 2013)** Um cidadão naturalizado brasileiro não pode ser eleito para o cargo de senador da República.
- 27. (CESPE - 2013)** Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.
- Consideram-se brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- 28. (CESPE - 2013)** O estrangeiro condenado por autoridades estrangeiras pela prática de crime político poderá ser extraditado do Brasil se houver reciprocidade do país solicitante.
- 29. (CESPE - 2013)** No que tange à aplicabilidade das normas constitucionais e a direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue.
- Se determinado indivíduo perder a nacionalidade por sentença judicial transitada em julgado, ele não poderá, em regra, valer-se de novo processo de naturalização para a obtenção da nacionalidade suprimida, mas será possível ajuizar-se ação rescisória, em que ele poderá obter a rescisão do julgado, com a reforma do cancelamento da nacionalidade.
- 30. (CESPE - 2013)** Com relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.
- A República Federativa do Brasil não pode conceder extradição de estrangeiro por crime político.
- 31. (CESPE - 2013)** Acerca da administração pública e dos servidores públicos, julgue os itens subsequentes.
- O cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal poderá ser ocupado por brasileiro nato ou naturalizado.
- 32. (CESPE - 2015)** Em relação aos direitos e deveres fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item subsequente.
- O brasileiro nato que cometer crime no exterior, quaisquer que sejam as circunstâncias e a natureza do delito, não pode ser extraditado pelo Brasil a pedido de governo estrangeiro.
- 33. (CESPE - 2013)** Julgue os itens seguintes, a respeito dos direitos e garantias fundamentais.
- Um cidadão português que tenha residência permanente no Brasil poderá ser nomeado para o cargo de ministro de Estado da Defesa.
- 34. (CESPE - 2013)** Com relação ao Estado federal brasileiro, julgue os itens a seguir.
- São símbolos do Estado federal brasileiro a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais, podendo os estados-membros, o Distrito Federal (DF) e os municípios adotar símbolos próprios.

- 35. (CESPE - 2013)** A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.
- Conforme disposição da CF, será brasileiro nato o filho, nascido em Paris, de mulher alemã e de embaixador brasileiro que esteja a serviço do governo brasileiro naquela cidade quando do nascimento do filho.
- 36. (CESPE - 2016)** Configura-se a denominada nacionalidade adquirida no caso em que o indivíduo nascido no estrangeiro, filho de pai ou mãe brasileiros, passa a residir no Brasil e opta pela nacionalidade brasileira depois de ter atingido a maioridade.
- 37. (CESPE - 2015)** É proibida qualquer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, os quais são detentores dos mesmos direitos e deveres previstos na Constituição Federal de 1988 (CF).
- 38. (CESPE - 2016)** A perda da nacionalidade brasileira em razão do reconhecimento de outra nacionalidade originária não se dá automaticamente.
- 39. (CESPE - 2016)** Tanto a nacionalidade primária quanto a nacionalidade secundária dependem da vontade do indivíduo, que tem a liberdade de aceitar ou não o vínculo jurídico-positivo que o liga ao Estado brasileiro.
- 40. (CESPE - 2016)** Na determinação da nacionalidade primária, no Brasil se adota com primazia o jus solis (vínculo de territorialidade), mas também se admitem o jus matrimoniale (vínculo de casamento) e o jus sanguinis (vínculo de sangue).
- 41. (CESPE - 2015)** Brasileiros natos e naturalizados são equiparados para todos os efeitos, dado o princípio da isonomia, conforme o qual todos são iguais perante a lei.
- 42. (CESPE - 2016)** Filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro podem optar pela naturalização, desde que o façam antes da maioridade civil.
- 43. (CESPE - 2016)** É permitida a extradição de brasileiros naturalizados, respeitadas as condições previstas na CF.
- 44. (CESPE - 2016)** São considerados brasileiros natos apenas os nascidos em solo nacional.
- 45. (CESPE - 2016)** A naturalização é concedida exclusivamente a portugueses tutelados pelo Estatuto da Igualdade, caso haja reciprocidade em favor dos brasileiros.

GABARITO					
1	ERRADO	2	ERRADO	3	CERTO
4	ERRADO	5	CERTO	6	ERRADO
7	ERRADO	8	CERTO	9	CERTO
10	CERTO	11	CERTO	12	CERTO
13	ERRADO	14	CERTO	15	ERRADO
16	CERTO	17	ERRADO	18	ERRADO
19	ERRADO	20	CERTO	21	CERTO
22	ERRADO	23	CERTO	24	CERTO
25	CERTO	26	ERRADO	27	ERRADO



28	ERRADO	29	CERTO	30	CERTO
31	CERTO	32	ERRADO	33	CERTO
34	ERRADO	35	CERTO	36	ERRADO
37	ERRADO	38	CERTO	39	ERRADO
40	ERRADO	41	ERRADO	42	ERRADO
43	CERTO	44	ERRADO	45	ERRADO

## DIREITOS POLÍTICOS

1. **(CESPE - 2016)** No que diz respeito à disciplina constitucional relativa aos direitos políticos, julgue o item seguinte.

A alistabilidade, que se refere à capacidade do indivíduo de ser eleitor, com direito de participar da escolha dos mandatários, é vedada aos estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, aos conscritos.
2. **(CESPE - 2016)** No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, à nacionalidade e aos direitos políticos, julgue o item que se segue, tendo como referência as disposições da CF.

Serão cassados os direitos políticos do indivíduo condenado criminalmente em sentença transitada em julgado.
3. **(CESPE - 2015)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

Admite-se, excepcionalmente, a cassação de direitos políticos na hipótese de condenação pela prática de improbidade administrativa.
4. **(CESPE - 2015)** Com base nas normas constitucionais e na jurisprudência do STF, julgue o item seguinte.

Vice-governador de estado que não tenha sucedido ou substituído o governador durante o mandato não precisará se desincompatibilizar do cargo atual no período de seis meses antes do pleito para concorrer a outro cargo eletivo.
5. **(CESPE - 2015)** No tocante aos direitos sociais e aos direitos políticos, julgue o seguinte item.

A lei que altera o processo eleitoral deve entrar em vigor na data de sua publicação e ser aplicada à eleição seguinte, independentemente de quando esta ocorrer.
6. **(CESPE - 2015)** Paulo, de trinta e cinco anos de idade, exerce o segundo mandato consecutivo de prefeito do município X. Pretendendo candidatar-se ao cargo de governador do estado no pleito seguinte, Paulo renunciou ao mandato seis meses antes das eleições, assumindo o cargo o então vice-prefeito, Marcos, de trinta e dois anos de idade, marido de Maria, de vinte anos de idade.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item subsequente, a respeito das condições de elegibilidade.

Se Paulo não fosse candidato a governador, ele não poderia, nas eleições imediatamente seguintes à sua renúncia, candidatar-se e ser validamente eleito para o cargo de vice-prefeito do município X.
7. **(CESPE - 2015)** Paulo, de trinta e cinco anos de idade, exerce o segundo mandato consecutivo de prefeito do município X. Pretendendo candidatar-se ao cargo de governador do estado no pleito seguinte, Paulo renunciou ao mandato seis meses antes das eleições, assumindo o cargo o então vice-prefeito, Marcos, de trinta e dois anos de idade, marido de Maria, de vinte anos de idade.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item subsequente, a respeito das condições de elegibilidade.

Marcos poderá candidatar-se e ser validamente eleito para o mandato de deputado estadual nas eleições imediatamente seguintes à sua investidura no cargo de prefeito.

8. **(CESPE - 2015)** Paulo, de trinta e cinco anos de idade, exerce o segundo mandato consecutivo de prefeito do município X. Pretendendo candidatar-se ao cargo de governador do estado no pleito seguinte, Paulo renunciou ao mandato seis meses antes das eleições, assumindo o cargo o então vice-prefeito, Marcos, de trinta e dois anos de idade, marido de Maria, de vinte anos de idade.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item subsequente, a respeito das condições de elegibilidade.

Maria poderá candidatar-se e ser validamente eleita para o mandato de deputada estadual nas eleições imediatamente seguintes à investidura de Marcos no cargo de prefeito, desde que em estado diverso daquele em que se situa o município X.

9. **(CESPE - 2015)** Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais e políticos.

O analfabeto, embora inelegível, possui a faculdade de alistar-se e de votar.

10. **(CESPE - 2015)** Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais e políticos.

Os direitos políticos são titularizados e livremente exercidos por todos os brasileiros e garantem a participação na vida política e a influência nas decisões públicas.

11. **(CESPE - 2015)** Julgue o item que se segue, no que concerne aos direitos e garantias fundamentais e à aplicabilidade das normas constitucionais.

A norma constitucional que consagra o princípio da anterioridade eleitoral não pode ser abolida por tratar-se de uma garantia individual fundamental do cidadão-eleitor.

12. **(CESPE - 2015)** Julgue o item que se segue, no que concerne aos direitos e garantias fundamentais e à aplicabilidade das normas constitucionais.

Suponha que José, casado com Miriam e prefeito de um município brasileiro, venha a falecer dois anos após ter sido eleito. Nessa situação, Miriam pode se candidatar e se eleger ao cargo antes ocupado por seu marido nas eleições seguintes ao falecimento.

13. **(CESPE - 2015)** No que se refere às disposições constitucionais, julgue o item a seguir.

Caso seja publicada e passe a vigor em fevereiro de 2018, lei que altere o processo eleitoral poderá ser aplicada a pleito eletivo que ocorra em outubro desse mesmo ano.

14. **(CESPE - 2014)** A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte.

A lei que alterar o processo eleitoral deverá entrar em vigor na data de sua publicação, não se aplicando os seus dispositivos à eleição que ocorrer em até um ano da data de sua vigência.

15. **(CESPE - 2014)** Com relação aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

Considere que determinado governador de estado esteja em seu primeiro mandato eletivo (2011-2014) e pretenda candidatar-se à reeleição para o mandato 2015-2018. Considere, ainda, que, em 2012, ele e sua esposa tenham rompido o vínculo conjugal. Nessa situação hipotética, caso seja confirmada a candidatura à reeleição, a ex-esposa não poderá candidatar-se, no ano de 2014, ao cargo de deputada estadual no estado em que seu ex-esposo é governador.

- 16. (CESPE - 2014)** Acerca dos direitos políticos, julgue os itens a seguir.
- Não são alistáveis como eleitores nem os estrangeiros nem os militares.
- 17. (CESPE - 2014)** As ações de impugnação de mandato eletivo tramitam necessariamente em segredo de justiça.
- 18. (CESPE - 2014)** Os direitos políticos passivos consagram as normas que impedem a participação no processo político eleitoral.
- 19. (CESPE - 2013)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos na CF, julgue os itens seguintes.
- O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos de idade.
- 20. (CESPE - 2013)** Acerca da disciplina constitucional e legal referente à composição dos cargos públicos, julgue os seguintes itens.
- Caso já ocupe o cargo de deputado distrital, filho de governador do estado torna-se elegível para o mesmo cargo na eleição subsequente.
- 21. (CESPE - 2013)** Acerca da disciplina constitucional e legal referente à composição dos cargos públicos, julgue os seguintes itens.
- O governador do DF é inelegível para quaisquer outros cargos, a não ser que renuncie a seu mandato com uma antecedência mínima de seis meses em relação à data do pleito.
- 22. (CESPE - 2013)** Acerca da disciplina constitucional e legal referente à composição dos cargos públicos, julgue os seguintes itens.
- Filho de governador de estado é inelegível para qualquer cargo eletivo em âmbito nacional.
- 23. (CESPE - 2013)** Julgue o item seguinte, acerca dos direitos e garantias fundamentais.
- À luz dos preceitos constitucionais, é possível que uma pessoa detenha a nacionalidade brasileira, mas não possa exercer a sua cidadania.
- 24. (CESPE - 2013)** Julgue os itens seguintes, relativos a direitos e garantias fundamentais.
- Uma das hipóteses de cassação dos direitos políticos é a condenação criminal transitada em julgado por crimes contra a administração pública.
- 25. (CESPE - 2013)** Considerando que cidadania pode ser definida como condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política, julgue o seguinte item, com base no disposto na CF.
- Os brasileiros natos e os naturalizados, por possuírem cidadania brasileira, e os estrangeiros, por poderem pleiteá-la, podem participar da vida política, sendo, portanto, sujeitos de direitos políticos

- 26. (CESPE - 2013)** Acerca dos direitos fundamentais e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens que se seguem.
- O eleitor que, após o trâmite regular de processo judicial, tiver condenação criminal transitada em julgado terá seus direitos políticos suspensos apenas enquanto durarem os efeitos da condenação.
- 27. (CESPE - 2013)** Julgue os próximos itens, acerca dos direitos e das garantias fundamentais.
- A condenação criminal transitada em julgado acarreta a perda dos direitos políticos, independentemente de manifestação expressa na decisão condenatória.
- 28. (CESPE - 2013)** No que tange à aplicabilidade das normas constitucionais e a direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue.
- A incapacidade civil absoluta configura hipótese de suspensão dos direitos políticos.
- 29. (CESPE - 2015)** Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.
- A CF, entre outras condições, estabelece, como requisito para a elegibilidade, que o cidadão saiba ler e escrever o seu próprio nome.
- 30. (CESPE - 2015)** Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.
- A participação popular, por intermédio do plebiscito, consiste na participação direta do povo no exercício da soberania popular.
- 31. (CESPE - 2015)** Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.
- Não poderá ser objeto de deliberação de reforma política pela via do plebiscito o pluralismo político em sentido amplo, que é entendido como a diversidade político-partidária.
- 32. (CESPE - 2015)** Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir
- O plebiscito, consistente em consulta prévia formulada ao cidadão para que ele manifeste sua concordância ou não com ato legislativo; o referendo, consulta realizada posteriormente à edição do ato legislativo; e a iniciativa popular, procedimento no qual a população exige, mediante o exercício do direito de manifestação, modificações no ordenamento jurídico, são formas de exercício da soberania popular.
- 33. (CESPE - 2013)** A respeito da organização político-administrativa e dos poderes da República, julgue o item subsequente.
- A iniciativa popular é admitida especificamente para a edição de leis ordinárias, o que exclui sua utilização para as demais espécies normativas previstas na Constituição Federal.
- 34. (CESPE - 2015)** A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue o seguinte item, de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).
- Conforme a CF, admite-se a perda de direitos políticos na hipótese de cancelamento da naturalização por decisão administrativa definitiva.

- 35. (CESPE - 2013)** No que se refere a direitos e garantias fundamentais; direitos sociais, políticos e de nacionalidade; e direitos e deveres individuais e coletivos, julgue os itens seguintes. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que for utilizada, se refere a Constituição Federal de 1988.
- Os direitos políticos constituem um conjunto de regras que disciplinam as formas de atuação da soberania popular e são um desdobramento do princípio democrático, segundo o qual, todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos.
- 36. (CESPE - 2016)** Brasileiros naturalizados podem votar e concorrer a quaisquer cargos políticos.
- 37. (CESPE - 2016)** Senadores e governadores de estado e do Distrito Federal se equiparam no que se refere à idade mínima exigida como condição de elegibilidade.
- 38. (CESPE - 2016)** O voto, obrigatório para maiores de dezoito anos de idade, é facultativo para aqueles cujos direitos políticos tenham sido suspensos em decorrência de condenação criminal transitada em julgado.
- 39. (CESPE - 2016)** O voto é obrigatório para analfabetos maiores de dezoito anos de idade.
- 40. (CESPE - 2016)** Embora possam exercer o direito ao voto, os analfabetos são impedidos de concorrer nas eleições.
- 41. (CESPE - 2015)** Contra candidato que cometer atos como, por exemplo, abuso de poder econômico, corrupção ou fraude durante o processo eleitoral cabe ação de impugnação de mandato, que tramitará necessariamente em segredo de justiça.
- 42. (CESPE - 2015)** O cidadão que possua a capacidade eleitoral ativa tem, necessariamente, capacidade eleitoral passiva.
- 43. (CESPE - 2015)** A capacidade eleitoral ativa consiste na possibilidade de se tornar candidato a cargo eletivo, e se traduz no direito de ser votado.
- 44. (CESPE - 2015)** De acordo com a CF, os cargos de senador da República e de deputado federal são privativos de brasileiros natos.
- 45. (CESPE - 2013)** Para concorrerem a outros cargos, os governadores dos estados e do DF devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

GABARITO					
1	CERTO	2	ERRADO	3	ERRADO
4	CERTO	5	ERRADO	6	CERTO
7	ERRADO	8	ERRADO	9	CERTO
10	ERRADO	11	CERTO	12	CERTO
13	ERRADO	14	CERTO	15	CERTO
16	ERRADO	17	CERTO	18	ERRADO
19	ERRADO	20	CERTO	21	CERTO

22	ERRADO	23	CERTO	24	ERRADO
25	ERRADO	26	CERTO	27	ERRADO
28	CERTO	29	CERTO	30	CERTO
31	ERRADO	32	ERRADO	33	ERRADO
34	ERRADO	35	CERTO	36	ERRADO
37	ERRADO	38	ERRADO	39	ERRADO
40	CERTO	41	CERTO	42	ERRADO
43	ERRADO	44	ERRADO	45	CERTO

## PARTIDOS POLÍTICOS

1. **(CESPE - 2015)** Julgue o item subsecutivo, referentes aos direitos políticos e à organização político-administrativa do Estado brasileiro.  
Em respeito à autonomia dos entes da Federação, a Constituição Federal autoriza a criação de partido político estadual, desde que seja feito o devido registro dos estatutos do partido no tribunal regional eleitoral correspondente no prazo legal.
2. **(CESPE - 2015)** Julgue o item que se segue, no que concerne aos direitos e garantias fundamentais e à aplicabilidade das normas constitucionais.  
O direito de antena, previsto pela Constituição Federal (CF), assegura aos partidos políticos a propaganda partidária mediante o acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
3. **(CESPE - 2014)** A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte.  
Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica mediante o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
4. **(CESPE - 2015)** Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.  
A CF assegura autonomia aos partidos políticos para definirem sua estrutura interna, organização e funcionamento, sendo-lhes permitido, inclusive, adotar os critérios de escolha e o regime de suas obrigações eleitorais.
5. **(CESPE - 2013)** A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.  
Partido político poderá receber recursos financeiros de governo estrangeiro, desde que faça a declaração específica desses valores em sua prestação de contas.
6. **(CESPE - 2015)** Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.  
Os partidos políticos possuem personalidade jurídica de direito público.
7. **(CESPE - 2015)** Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.  
A exigência de caráter nacional dos partidos políticos visa resguardar o princípio federativo da unidade nacional.
8. **(CESPE - 2015)** Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.  
A previsão constitucional de que a lei regram a função parlamentar autoriza o estabelecimento, pela legislação infraconstitucional, de padrões mínimos de desempenho eleitoral como condição para funcionamento do partido nas casas legislativas.
9. **(CESPE - 2015)** Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.  
É vedado aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.



10. (CESPE - 2015) Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sendo, contudo, obrigatória a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

GABARITO					
1	ERRADO	2	CERTO	3	ERRADO
4	ERRADO	5	ERRADO	6	ERRADO
7	CERTO	8	ERRADO	9	CERTO
10	ERRADO				

## ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E COMPETÊNCIAS

1. **(CESPE - 2016)** A respeito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, julgue o item subsecutivo.

A fusão de dois municípios depende de consulta prévia, mediante plebiscito, das respectivas populações, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal.
2. **(CESPE - 2016)** A respeito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, julgue o item subsecutivo.

O estado do Pará pode explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, não podendo a regulamentação da exploração ocorrer por meio de medida provisória.
3. **(CESPE - 2014)** De acordo com as normas constitucionais, julgue o item a seguir a respeito da organização político-administrativa.

Compete à União e aos estados assegurar a defesa nacional. Entretanto, cabe exclusivamente à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais, situações nas quais representa a República Federativa do Brasil.
4. **(CESPE - 2016)** Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.

O Congresso Nacional poderá editar lei complementar para a fusão de dois estados em um novo, desde que as populações diretamente interessadas aprove a fusão mediante plebiscito.
5. **(CESPE - 2016)** Julgue o item subsequente, relativo à organização político-administrativa do Brasil e aos poderes da União.

No que se refere à proteção e à defesa da saúde, a União exerce competência legislativa concorrente, cabendo-lhe o estabelecimento de normas gerais.
6. **(CESPE - 2015)** Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item que se segue.

Com fundamento no princípio da simetria, os estados federados, entes federativos autônomos, podem prever, em suas respectivas constituições, conselhos estaduais de controle administrativo do Poder Judiciário, nos moldes do Conselho Nacional de Justiça, compostos por representantes do Judiciário e de outras entidades e poderes.
7. **(CESPE - 2015)** No que concerne à organização político-administrativa, julgue o item subsequente.

Compete aos municípios criar, organizar e suprimir distritos, desde que observada a legislação estadual.
8. **(CESPE - 2015)** No que concerne à organização político-administrativa, julgue o item subsequente.

Por possuírem autonomia política, os territórios federais têm sua criação, transformação em estado ou reintegração ao estado de origem dependente da aprovação, por plebiscito, da população diretamente interessada e da ratificação do Congresso Nacional.

9. **(CESPE - 2015)** No que concerne à organização político-administrativa, julgue o item subsequente.  
São bens dos estados-membros da Federação as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
10. **(CESPE - 2015)** Julgue o item subsecutivo, referentes aos direitos políticos e à organização político-administrativa do Estado brasileiro.  
É competência privativa da União legislar acerca do direito eleitoral.
11. **(CESPE - 2014)** Acerca da organização político-administrativa e da administração pública, julgue o próximo item.  
Aos estados-membros da Federação compete explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os portos marítimos, fluviais e lacustres.
12. **(CESPE - 2014)** Acerca da organização político-administrativa e da administração pública, julgue o próximo item.  
Não há previsão constitucional para a iniciativa popular de leis no processo legislativo estadual.
13. **(CESPE - 2014)** Acerca da organização político-administrativa e da administração pública, julgue o próximo item.  
São considerados bens da União os lagos, os rios e quaisquer correntes de água em terrenos que sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.
14. **(CESPE - 2014)** Acerca da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue o item a seguir.  
Considere que determinado estado tenha editado norma geral sobre matéria de competência concorrente, ante a ausência de normas gerais editadas pela União. Nessa situação, se a União, posteriormente, editar lei estabelecendo normas gerais sobre a mesma matéria, a referida lei estadual será suspensão, no que for contrária à lei federal.
15. **(CESPE - 2014)** Acerca da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue o item a seguir.  
A forma federativa de Estado adotada pela CF consiste na descentralização política e na soberania dos estados-membros, os quais são capazes de se auto-organizar mediante a elaboração de constituições estaduais.
16. **(CESPE - 2014)** Julgue os itens seguintes, em relação à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.  
A despeito de serem entes federativos, os territórios federais carecem de autonomia.
17. **(CESPE - 2014)** À luz das normas constitucionais e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.  
Não contrariaria a CF norma distrital que proibisse, com base no princípio da isonomia, a cobrança pelo uso de estacionamento nos shopping centers situados no DF, com vistas à promoção do lazer e da cultura, uma vez que o DF agiria, nessa situação, no exercício da competência concorrente a ele conferida para legislar sobre direito urbanístico

- 18. (CESPE - 2014)** À luz das normas constitucionais e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.
- Não ofenderia a CF lei distrital que versasse sobre a concessão, aos estudantes regulares do DF, de 50% de desconto no valor cobrado em ingressos para eventos esportivos, culturais e de lazer, já que é concorrente, entre a União, os estados e o DF, a competência para legislar sobre direito econômico.
- 19. (CESPE - 2014)** No que diz respeito à organização do Estado brasileiro, julgue os itens que se seguem.
- Lei distrital que submeta as desapropriações, no âmbito do Distrito Federal, à aprovação prévia da Câmara Legislativa será inconstitucional, pois, além de violar o princípio da separação dos poderes, invadirá a competência legislativa da União.
- 20. (CESPE - 2014)** Direito Constitucional Disciplina - Assunto Organização Político-Administrativa do Estado
- Será constitucional lei estadual que obrigue a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo.
- 21. (CESPE - 2015)** Compete aos municípios criar, organizar e suprimir distritos, desde que observada a legislação estadual.
- 22. (CESPE - 2015)** No que concerne à organização político-administrativa, julgue o item a seguir.
- Por possuírem autonomia política, os territórios federais têm sua criação, transformação em estado ou reintegração ao estado de origem dependente da aprovação, por plebiscito, da população diretamente interessada e da ratificação do Congresso Nacional.
- 23. (CESPE - 2015)** No que concerne à organização político-administrativa, julgue o item a seguir.
- São bens dos estados-membros da Federação as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- 24. (CESPE - 2015)** No que concerne à organização político-administrativa, julgue o item subsequente
- Compete aos municípios criar, organizar e suprimir distritos, desde que observada a legislação estadual.
- 25. (CESPE - 2015)** No que concerne à organização político-administrativa, julgue o item subsequente.
- Por possuírem autonomia política, os territórios federais têm sua criação, transformação em estado ou reintegração ao estado de origem dependente da aprovação, por plebiscito, da população diretamente interessada e da ratificação do Congresso Nacional.
- 26. (CESPE - 2015)** A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, da administração pública e dos servidores públicos, julgue o seguinte item.
- O presidente da República tem competência para criar território federal e fixar sua respectiva organização administrativa e judiciária por meio de medida provisória, desde que presentes os requisitos constitucionais de relevância e urgência.

- 27. (CESPE - 2015)** Com relação ao sistema político brasileiro e às relações entre Estado, governo e administração pública, julgue o item seguinte.
- São formas de governo a federação, a confederação e o governo único.
- 28. (CESPE - 2015)** Com relação ao sistema político brasileiro e às relações entre Estado, governo e administração pública, julgue o item seguinte.
- O Brasil é uma república federativa presidencialista, uma vez que o seu chefe de Estado e de governo, o presidente da República, é eleito democraticamente e por tempo limitado.
- 29. (CESPE - 2015)** A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue o próximo item.
- A fim de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, é permitido aos estados, por intermédio de lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes.
- 30. (CESPE - 2015)** A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue o próximo item.
- Permite-se à União, aos estados e aos municípios colaborar com as igrejas quando demonstrado o interesse público, na forma da lei.
- 31. (CESPE - 2015)** julgue o item a seguir, acerca das competências legislativa e jurisdicional.
- Compete privativamente à União legislar sobre direitos e garantias fundamentais.
- 32. (CESPE - 2015)** Acerca de Estado, governo e administração pública, julgue o item a seguir.
- A autonomia do Distrito Federal e sua organização político-administrativa têm limitações constitucionais.
- 33. (CESPE - 2015)** Acerca de Estado, governo e administração pública, julgue o item a seguir.
- No Brasil, os municípios são considerados elementos dissolúveis da federação.
- 34. (CESPE - 2015)** No que se refere à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item seguinte.
- O constituinte brasileiro proibiu que a União delegasse aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre matérias de sua competência privativa.
- 35. (CESPE - 2015)** No que se refere à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item seguinte.
- A União tem competência para intervir nos estados e no Distrito Federal, mas em nenhuma hipótese poderá intervir em municípios localizados em estados-membros.
- 36. (CESPE - 2009)** O modelo de federalismo brasileiro é do tipo segregador.
- 37. (CESPE - 2009)** Existia no Brasil um federalismo de segundo grau até a promulgação da CF, após a qual o país passou a ter um federalismo de terceiro grau.

38. (CESPE - 2009) Uma das características comuns à federação e à confederação é o fato de ambas serem indissolúveis.
39. (CESPE - 2014) O federalismo no Brasil é caracterizado como federalismo por agregação, tendo surgido a partir da proclamação da República e se consolidado por meio da Constituição de 1891.
40. (CESPE - 2012) Define-se federalismo de equilíbrio como a repartição equilibrada de competências entre os entes que compõem a Federação.
41. (CESPE - 2014) No federalismo orgânico, há uma presença marcante do ente federal, em detrimento das unidades federadas.

GABARITO					
1	CERTO	2	CERTO	3	ERRADO
4	CERTO	5	CERTO	6	ERRADO
7	CERTO	8	ERRADO	9	ERRADO
10	CERTO	11	ERRADO	12	ERRADO
13	CERTO	14	CERTO	15	ERRADO
16	ERRADO	17	ERRADO	18	CERTO
19	CERTO	20	ERRADO	21	CERTO
22	ERRADO	23	ERRADO	24	CERTO
25	ERRADO	26	ERRADO	27	ERRADO
28	CERTO	29	CERTO	30	CERTO
31	ERRADO	32	CERTO	33	ERRADO
34	ERRADO	35	CERTO	36	CERTO
37	CERTO	38	ERRADO	39	CERTO
40	CERTO	41	ERRADO	42	ERRADO
43	ERRADO	44	ERRADO	45	ERRADO

## PODER EXECUTIVO

1. **(CESPE - 2016)** A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e da disciplina constitucional sobre o Poder Executivo, julgue o item subsequente.  
O presidente da República poderá, mediante decreto — independentemente de autorização do Congresso Nacional —, extinguir cargos públicos vagos.
2. **(CESPE - 2016)** No que diz respeito aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, julgue o item subsequente  
A concessão de indulto e a comutação de penas são competências indelegáveis do presidente da República.
3. **(CESPE - 2014)** Com relação aos Poderes da República e às funções essenciais à justiça, julgue o item subsequente.  
Considere que o presidente da República, na presença de policiais que o escoltavam, tenha cometido uma tentativa de homicídio contra um servidor. Nessa situação, mesmo tendo presenciado o delito, os policiais não poderão efetuar a prisão em flagrante do presidente da República.
4. **(CESPE - 2014)** Acerca da organização político-administrativa do Estado Federal brasileiro e da administração pública, julgue o seguinte item.  
O presidente da República pode dispor, mediante decreto autônomo, acerca da organização e do funcionamento da administração federal, vedados o aumento de despesa e a criação ou extinção de órgãos públicos.
5. **(CESPE - 2016)** Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.  
Cargos públicos vagos podem ser extintos por meio de decreto presidencial, sendo dispensável a edição de lei em sentido estrito.
6. **(CESPE - 2016)** Em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e à Defensoria Pública (DP), julgue o item a seguir.  
A responsabilidade do chefe de governo e a temporariedade do seu mandato caracterizam, entre outros aspectos, a forma republicana de governo.
7. **(CESPE - 2016)** Em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e à Defensoria Pública (DP), julgue o item a seguir.  
No caso de o presidente da República, na vigência do mandato, praticar crime comum não relacionado às funções do cargo, sua responsabilização perante o Supremo Tribunal Federal estará condicionada à admissibilidade da acusação por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.
8. **(CESPE - 2016)** A respeito do Poder Executivo, julgue o item que se segue.  
No presidencialismo brasileiro, a chefia de Estado é exercida pelo presidente da República, enquanto a chefia de governo fica a cargo dos ministros de Estado.

9. **(CESPE - 2015)** A respeito das competências do Poder Executivo e do Poder Judiciário, julgue o seguinte item.
- Na hipótese de vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República, nos últimos dois anos do período do mandato presidencial, será feita, pelo Congresso Nacional, a eleição para os dois cargos, trinta dias depois da última vaga.
10. **(CESPE - 2015)** No que se refere à organização dos poderes, ao controle de constitucionalidade e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir, considerando entendimentos dos tribunais superiores.
- Os atos do presidente da República que atentem contra a lei orçamentária são considerados crimes de responsabilidade, nos termos da CF, e devem ser julgados pelo Senado Federal.
11. **(CESPE - 2015)** Acerca de aspectos diversos relacionados à atuação e às competências dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do presidente da República e da AGU, julgue o item a seguir.
- Caso um processo contra o presidente da República pela prática de crime de responsabilidade fosse instaurado pelo Senado Federal, não seria permitido o exercício do direito de defesa pelo presidente da República no âmbito da Câmara dos Deputados.
12. **(CESPE - 2015)** Julgue o item a seguir, acerca dos conceitos de Estado, governo e administração pública.
- No âmbito da administração pública, o Poder Executivo tem a função finalística de praticar atos de governo e de administração.
13. **(CESPE - 2015)** No que se refere ao Poder Executivo, julgue o item subsequente.
- Os atos praticados pelo presidente da República que atentem contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais configuram crime de responsabilidade.
14. **(CESPE - 2015)** No que se refere ao Poder Executivo, julgue o item subsequente.
- Na Constituição Federal, as competências privativas do presidente da República são elencadas em rol taxativo.
15. **(CESPE - 2015)** Com relação ao Poder Executivo e às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue o próximo item.
- O presidente da República poderá ausentar-se do país por qualquer tempo, independentemente da obtenção de licença junto ao Congresso Nacional.
16. **(CESPE - 2015)** Com relação ao Poder Executivo e às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue o próximo item.
- No caso de vacância do cargo de presidente da República ocorrida nos últimos dois anos do período presidencial, deverão ser feitas eleições noventa dias após a abertura da vaga.



17. **(CESPE - 2015)** Julgue o próximo item , relativo ao regime das leis e atos normativos previstos na CF.

O Poder Executivo pode, mediante decreto autônomo, criar e extinguir cargos e órgãos da administração pública, desde que dessa medida não resulte aumento de despesa.

18. **(CESPE - 2015)** No que se refere à administração pública e às disposições gerais dos servidores públicos e do Poder Executivo, julgue o item subsequente

Embora não tenha autorizado a edição de decreto autônomo de forma ampla e genérica, o constituinte previu, em casos taxados na CF, a possibilidade de serem editados decretos como atos normativos primários, independentemente de lei.

19. **(CESPE - 2014)** A CF autoriza o presidente da República a criar cargos e extinguir órgãos públicos por meio de decreto.

20. **(CESPE - 2015)** Com relação aos poderes da República, julgue o item subsequente.

É de competência privativa do presidente da República a celebração de tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

21. **(CESPE - 2014)** Julgue os itens que se seguem, relativos ao presidente e ao vice-presidente da República.

Compete privativamente ao presidente da República vetar projetos de lei, total ou parcialmente, devendo o veto ser apreciado em sessão conjunta e só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em votação aberta.

22. **(CESPE - 2014)** Julgue os itens que se seguem, relativos ao presidente e ao vice-presidente da República.

Constitui crime de responsabilidade o ato do presidente da República que atente contra o cumprimento das decisões judiciais. Nesse caso, deverá o presidente ser submetido a julgamento perante o Senado Federal, desde que admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados.

23. **(CESPE - 2014)** Julgue os itens que se seguem, relativos ao presidente e ao vice-presidente da República.

Na hipótese de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, o presidente do Senado Federal deverá ser chamado ao exercício da presidência da República.

24. **(CESPE - 2014)** Julgue o item subsequente, relativo aos procedimentos de autorização para a instauração de processo criminal contra o presidente da República e contra ministros de Estado.

O chefe do Poder Executivo federal só responderá a processo criminal perante o STF após autorização concedida pela Câmara de Deputados. Tal processo inicia-se por meio da emissão de juízo de admissibilidade pela Câmara dos Deputados, que demanda a aprovação por dois terços dos votos de seus membros. O juízo de admissibilidade proferido pela Câmara dos Deputados não vinculará o juízo prévio, que deverá ser feito pela referida corte, com o teor da denúncia ou da queixa-crime.

- 25. (CESPE - 2014)** Com relação às atribuições da União, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.
- O ato de declarar guerra a outro país é de competência do presidente da República, mas deve ser autorizado pelo Congresso Nacional, por meio de lei.
- 26. (CESPE - 2014)** Com base nas normas constitucionais relativas aos poderes do presidente da República, julgue o seguinte item.
- O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir cargos públicos que estejam vagos
- 27. (CESPE - 2014)** Com base nas normas constitucionais relativas aos poderes do presidente da República, julgue o seguinte item.
- É da competência privativa do presidente da República a proposição de lei de diretrizes orçamentárias.
- 28. (CESPE - 2014)** Com base nas normas constitucionais relativas aos poderes do presidente da República, julgue o seguinte item.
- Compete exclusivamente ao presidente da República a promulgação de leis federais.
- 29. (CESPE - 2014)** Em relação à aplicabilidade das normas constitucionais e às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue o item a seguir.
- Compete privativamente ao presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos quando estes estiverem vagos.
- 30. (CESPE - 2014)** Em relação à aplicabilidade das normas constitucionais e às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue o item a seguir.
- O processo relativo a crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República divide-se em duas partes: um juízo de admissibilidade do processo perante o Senado Federal e o julgamento perante a Câmara dos Deputados.
- 31. (CESPE - 2014)** Em relação à aplicabilidade das normas constitucionais e às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue o item a seguir.
- Uma vez que o Brasil adotou o sistema presidencialista, as funções de chefe de Estado e de chefe de governo acumulam-se na figura do presidente da República, competindo-lhe, privativamente, expedir decretos e regulamentos para fiel execução da lei.
- 32. (CESPE - 2014)** Em relação à aplicabilidade das normas constitucionais e às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue o item a seguir.
- A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê foro por prerrogativa de função para o presidente da República, de modo que somente o STF poderá processar e julgar ações populares que o tenham como réu.
- 33. (CESPE - 2014)** Considerando os Poderes da República e as funções essenciais à justiça, julgue os próximos itens.
- Se o presidente da República, que possui prerrogativa de foro em razão da função, praticar crime de responsabilidade, será julgado pelo Senado Federal, porém, se praticar qualquer crime comum, independentemente de ter sido praticado em razão da função, será julgado pelo STF.

- 34. (CESPE - 2016)** A nomeação dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho realizada pelo presidente da República depende da aprovação da Câmara dos Deputados.
- 35. (CESPE - 2014)** Acerca da classificação das constituições e dos princípios fundamentais, julgue os itens a seguir, considerando que a CF corresponde à Constituição Federal de 1988.
- O Poder Executivo federal é exercido pelo presidente da República e tem como um de seus fundamentos a soberania.
- 36. (CESPE - 2014)** Com base nas normas constitucionais relativas ao Poder Executivo e à administração pública, julgue o seguinte item.
- A competência conferida ao presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução da lei vincula-se ao princípio da legalidade que rege a atuação da administração pública.
- 37. (CESPE - 2014)** A respeito da organização político-administrativa brasileira, da administração pública e do Poder Executivo, julgue os itens subsequentes.
- Compete privativamente ao presidente da República a concessão de indulto, podendo essa competência, entretanto, ser delegada a outras autoridades, como, por exemplo, a ministro de Estado.
- 38. (CESPE - 2014)** No que se refere à organização político-administrativa do Estado e ao Poder Legislativo, julgue os próximos itens.
- Dada a atribuição constitucional do presidente da República para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração pública federal, decreto presidencial poderá dispor sobre a criação de cargos públicos federais remunerados, estabelecendo suas respectivas remunerações e competências.
- 39. (CESPE - 2013)** Em relação ao Poder Executivo e às funções essenciais à justiça, julgue o item subsequentes.
- A Constituição Federal atribui amplo rol de competências privativas ao presidente da República, podendo algumas delas ser delegadas aos ministros de Estado.
- 40. (CESPE - 2013)** No que se refere aos poderes executivo, legislativo e judiciário e às funções essenciais à justiça.
- O presidente da República pode dispor sobre a organização da administração pública por decreto autônomo, dispensado o exame pelo Congresso Nacional, quando não ocorrer aumento de despesa ou criação ou extinção de órgão público.
- 41. (CESPE - 2016)** Acusado da prática de crime comum estranho ao exercício de suas funções, cometido na vigência do mandato, o presidente da República será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) após deixar a função.
- 42. (CESPE - 2016)** O afastamento do presidente da República cessará se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o Senado Federal não tiver concluído o julgamento do processo pela prática de crime de responsabilidade aberto contra ele; nesse caso, o processo será arquivado.

43. (CESPE - 2016) A única possibilidade de responsabilização do presidente da República investido em suas funções se refere ao cometimento de infração político-administrativa, não respondendo o chefe do Poder Executivo por infração penal comum na vigência do mandato.
44. (CESPE - 2016) O presidente da República dispõe de imunidade material, sendo inviolável por suas palavras e opiniões no estrito exercício das funções presidenciais.
45. (CESPE - 2016) A decisão do Senado Federal que absolve ou condena o presidente da República em processo pela prática de crime de responsabilidade não pode ser reformada pelo Poder Judiciário.
46. (CESPE - 2016) A renúncia ao mandato pelo presidente da República prejudica, por perda de objeto, o processo de impeachment eventualmente em curso, acarretando a sua extinção automática.
47. (CESPE - 2016) Por força do princípio da inafastabilidade jurisdicional, eventual decisão condenatória proferida pelo Senado Federal em julgamento por crime de responsabilidade estará sujeita a controle judicial posterior.
48. (CESPE - 2016) Por ser norma punitiva, o rol de crimes de responsabilidade previsto na CF é taxativo, nele não podendo ser inseridos novos tipos.
49. (CESPE - 2016) A CF admite excepcionalmente a edição, pelo presidente da República, de decreto como fonte normativa primária, o chamado decreto autônomo.
50. (CESPE - 2016) Em processo de impeachment por crime de responsabilidade, o contraditório e a ampla defesa somente são exercidos pelo presidente da República perante o Senado Federal, na fase de processo e julgamento.

GABARITO					
1	CERTO	2	ERRADO	3	CERTO
4	CERTO	5	CERTO	6	CERTO
7	ERRADO	8	ERRADO	9	CERTO
10	CERTO	11	ERRADO	12	CERTO
13	CERTO	14	ERRADO	15	ERRADO
16	ERRADO	17	ERRADO	18	CERTO
19	ERRADO	20	CERTO	21	CERTO
22	CERTO	23	ERRADO	24	CERTO
25	ERRADO	26	CERTO	27	CERTO
28	ERRADO	29	CERTO	30	ERRADO
31	CERTO	32	ERRADO	33	ERRADO
34	ERRADO	35	ERRADO	36	CERTO
37	CERTO	38	ERRADO	39	CERTO
40	CERTO	41	ERRADO	42	ERRADO
43	ERRADO	44	ERRADO	45	CERTO
46	ERRADO	47	ERRADO	48	ERRADO
49	CERTO	50	ERRADO	51	ERRADO

## PODER LEGISLATIVO

1. **(CESPE - 2016)** No que diz respeito aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, julgue o item subsequente.  
Perderá o mandato o deputado federal que for investido no cargo de chefe de missão diplomática temporária.
2. **(CESPE - 2016)** No que diz respeito aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, julgue o item, subsequente.  
Em se tratando de crimes de responsabilidade, os membros do Conselho Nacional de Justiça serão processados e julgados pelo Senado Federal.
3. **(CESPE - 2016)** No que diz respeito aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, julgue o item subsequente.  
Acusados de cometer infrações penais comuns, deputado federal e senador serão processados e julgados, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal.
4. **(CESPE - 2016)** Julgue o item subsequente, relativo à organização político-administrativa do Brasil e aos poderes da União.  
Compete ao Congresso Nacional sustar ato normativo expedido pelo Poder Executivo que exorbite do poder regulamentar.
5. **(CESPE - 2015)** Em relação ao Poder Legislativo, julgue o item seguinte.  
O indiciamento de deputados e senadores, no curso de inquérito policial, pode ser realizado pela polícia judiciária sem autorização prévia do STF.
6. **(CESPE - 2015)** A respeito dos Poderes Legislativo e Executivo e do regime constitucional da administração pública, julgue o item a seguir.  
É da competência exclusiva do Congresso Nacional convocar plebiscito, caso em que é desnecessária a sanção do presidente da República.
7. **(CESPE - 2014)** Com relação aos poderes da República, julgue o item subsequente.  
As comissões parlamentares de inquérito são criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, devendo suas conclusões, se for o caso, ser encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
8. **(CESPE - 2014)** Com relação aos Poderes da República e às funções essenciais à justiça, julgue o item subsequente.  
Considere que uma agência reguladora, ao editar um ato regulamentar, tenha criado uma obrigação não prevista em lei. Nessa situação, compete ao Senado Federal sustar o referido ato.
9. **(CESPE - 2014)** Com relação à organização dos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Conselho Nacional de Justiça, julgue os itens que se seguem.  
Desde a expedição do diploma, a imunidade formal protege o parlamentar contra a prisão, inclusive a civil, ressalvada a hipótese de flagrante de crime inafiançável.

- 10. (CESPE - 2014)** À luz das normas constitucionais e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

Somente após o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, o STF poderá receber denúncia criminal contra deputado federal por crime ocorrido após a diplomação.

- 11. (CESPE - 2014)** À luz das normas constitucionais e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

Caso um senador federal assuma o cargo de ministro de Estado do Meio Ambiente, deverá ser convocado para assumir seu cargo no Senado Federal suplente filiado a seu partido, ainda que, à época das eleições, tal partido tenha participado de coligação partidária.

- 12. (CESPE - 2014)** Acerca da organização dos poderes da República, julgue os próximos itens.

A CF conferiu às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o direito de requerer informações aos ministros de Estado, mas não o conferiu a parlamentares individualmente.

- 13. (CESPE - 2014)** Afrontaria a CF dispositivo de Constituição estadual que previsse que a ausência do país do governador e do vice-governador, por qualquer prazo, dependeria de prévia licença da assembleia legislativa.

( ) Certo      ( ) Errado

- 14. (CESPE - 2014)** No que se refere aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como às funções essenciais à justiça, julgue os seguintes itens.
- Constitui competência exclusiva do Congresso Nacional a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- 15. (CESPE - 2013)** Com relação aos órgãos do Poder Judiciário, julgue os itens que se seguem.
- Os ministros do Supremo Tribunal Federal e os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público serão processados e julgados pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade.
- 16. (CESPE - 2013)** Acerca da disciplina constitucional atinente ao Congresso Nacional, julgue os itens a seguir.
- Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre as matérias que constem da pauta da convocação. Entretanto, se houver medidas provisórias em vigor na data da convocação, serão elas automaticamente incluídas no rol das matérias a serem apreciadas.
- 17. (CESPE - 2013)** Acerca da disciplina constitucional atinente ao Congresso Nacional, julgue os itens a seguir.
- No caso de o presidente da República, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, deixar de apresentar ao Congresso Nacional suas contas relativas ao exercício anterior, caberá à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas.
- 18. (CESPE - 2013)** No tocante ao Poder Legislativo, julgue os itens subsecutivos.
- Deputado ou senador que receba informações relacionadas ao exercício do seu mandato não é obrigado a testemunhar sobre elas nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou receberam dele tais informações.
- 19. (CESPE - 2013)** No tocante ao Poder Legislativo, julgue os itens subsecutivos.
- Ainda que as imunidades parlamentares sejam prerrogativas funcionais e não prerrogativas pessoais do detentor do mandato, elas alcançam os suplentes que não estejam em seu efetivo exercício.
- 20. (CESPE - 2013)** Julgue os itens a seguir, relativos aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e às possíveis relações entre eles.
- Uma legislatura compreende quatro sessões legislativas ordinárias.
- 21. (CESPE - 2016)** Cabe aos três poderes da União manter, de forma integrada, sistema de controle interno que inclua, entre suas finalidades, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- 22. (CESPE - 2016)** Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo por crime de responsabilidade contra o procurador-geral da República.
- 23. (CESPE - 2016)** A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são compostos por representantes

dos estados, eleitos por meio do sistema proporcional.

24. **(CESPE - 2016)** No âmbito do processo legislativo, é permitido ao presidente da República vetar em parte um projeto de lei, podendo o veto parcial abranger fragmento de texto de artigo.
25. **(CESPE - 2016)** É vedada a edição de medida provisória relativa a direito civil ou a processo civil.
26. **(CESPE - 2016)** Cabe ao Senado Federal suspender a execução de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
27. **(CESPE - 2016)** Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
28. **(CESPE - 2016)** Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, mesmo nos casos em que a disposição não implique aumento de despesa nem a criação ou extinção de órgãos públicos.
29. **(CESPE - 2016)** É de competência exclusiva do Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
30. **(CESPE - 2016)** A concessão de anistia, indulto e comutação de penas é de competência do Congresso Nacional, mediante lei sancionada pelo presidente da República.
31. **(CESPE - 2016)** Incumbe privativamente à Câmara dos Deputados a indicação dos membros representativos do Poder Legislativo no CNJ.
32. **(CESPE - 2016)** Cabe ao Senado Federal, independentemente de manifestação da Câmara dos Deputados, a aprovação dos tratados firmados pelo Poder Executivo.
33. **(CESPE - 2016)** Compete privativamente ao Senado Federal a apreciação do nome indicado pelo presidente da República para procurador-geral da República.
34. **(CESPE - 2016)** A abertura de processo de impeachment contra o presidente da República é de competência exclusiva do Senado Federal.
35. **(CESPE - 2016)** Cabe exclusivamente ao Senado Federal a indicação de ministros do Tribunal de Contas da União, que deve ser referendada pelo presidente da República.
36. **(CESPE - 2016)** O Senado Federal é composto de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos pelo princípio proporcional para mandato de oito anos.
37. **(CESPE - 2016)** As comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e só podem ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto.
38. **(CESPE - 2016)** Compete ao Senado Federal fiscalizar as contas das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe de forma direta, nos termos do tratado constitutivo.



39. (CESPE - 2016) Apenas o vice-presidente da República e o ministro da Justiça devem obrigatoriamente compor tanto o Conselho da República quanto o Conselho de Defesa Nacional, devendo os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal participar da composição de apenas um dos dois.
40. (CESPE - 2016) A CF adota o sistema de freios e contrapesos ou de controle do poder pelo poder ao dispor que, embora independentes, os poderes são harmônicos entre si. O princípio da separação dos poderes é cláusula pétrea.

GABARITO					
1	ERRADO	2	CERTO	3	CERTO
4	CERTO	5	ERRADO	6	CERTO
7	CERTO	8	ERRADO	9	CERTO
10	ERRADO	11	ERRADO	12	CERTO
13	CERTO	14	CERTO	15	CERTO
16	CERTO	17	CERTO	18	CERTO
19	ERRADO	20	CERTO	21	CERTO
22	ERRADO	23	ERRADO	24	ERRADO
25	ERRADO	26	ERRADO	27	ERRADO
28	ERRADO	29	CERTO	30	ERRADO
31	ERRADO	32	ERRADO	33	CERTO
34	ERRADO	35	ERRADO	36	ERRADO
37	ERRADO	38	ERRADO	39	ERRADO
40	CERTO				

## PODER JUDICIÁRIO

1. **(CESPE - 2016)** Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis.
2. **(CESPE - 2016)** A disputa sobre direitos indígenas será processada e julgada perante a justiça estadual.
3. **(CESPE - 2016)** Os crimes contra a organização do trabalho serão processados e julgados perante a justiça do trabalho.
4. **(CESPE - 2016)** Não é necessário que decisões administrativas dos tribunais do Poder Judiciário sejam motivadas.
5. **(CESPE - 2016)** Compete ao Conselho Nacional de Justiça apreciar, de ofício, a legalidade dos atos administrativos praticados por servidores do Poder Judiciário.
6. **(CESPE - 2016)** são nomeados pelo presidente da República após aprovação do Congresso Nacional.
7. **(CESPE - 2016)** É permitido aos servidores do Poder Judiciário cumprir atos de expediente, sendo-lhes vedado realizar atos administrativos
8. **(CESPE - 2016)** é órgão do Poder Executivo, embora atue como instância correcional do Poder Judiciário.
9. **(CESPE - 2016)** São garantias da magistratura a inamovibilidade, a irredutibilidade de subsídios e a vitaliciedade.
10. **(CESPE - 2016)** O Tribunal de Contas da União é órgão superior do Poder Judiciário.
11. **(CESPE - 2016)** A respeito do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

Os pagamentos devidos pelas fazendas públicas federal, estadual e municipal, em virtude de sentença judicial, são feitos por meio de precatórios.
12. **(CESPE - 2015)** Julgue o item que se segue, relativos ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça.

A cláusula de reserva de plenário determina que somente pelo voto da maioria absoluta dos membros do tribunal ou do respectivo órgão especial pode ser declarada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.
13. **(CESPE - 2015)** Com relação ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

O ingresso na carreira da magistratura ocorrerá mediante concurso público de provas e títulos, sem a participação da Ordem dos Advogados do Brasil.
14. **(CESPE - 2015)** Com relação ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

Os servidores do judiciário não poderão receber delegação para a prática de atos de mero expediente, ainda que sem caráter decisório.

15. **(CESPE - 2015)** Acerca das disposições referentes à administração pública, às competências constitucionais dos entes federados e ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.  
O Supremo Tribunal Federal poderá, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta nas esferas federal, estadual e municipal.
16. **(CESPE - 2015)** Em relação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue o item subsequente.  
A inconstitucionalidade de uma lei pode ser declarada por um tribunal reunido em maioria simples ou por comissão criada nesse tribunal para julgar o caso.
17. **(CESPE - 2014)** Com relação aos poderes da República, julgue o item subsequente.  
O estatuto da magistratura deve ser regulado por lei complementar, cuja proposição é de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.
18. **(CESPE - 2014)** Acerca da administração pública e dos poderes da República, julgue os itens subsequentes.  
Além dos juízes oriundos dos tribunais regionais federais e dos desembargadores advindos dos tribunais de justiça, comporão o STJ, na proporção de um quinto de suas vagas, advogados e membros do Ministério Público com mais de dez anos de atividade efetiva e mais de dez anos de carreira, respectivamente.
19. **(CESPE - 2014)** Acerca da administração pública e dos poderes da República, julgue os itens subsequentes.  
A CF prevê expressamente que o subsídio dos parlamentares federais e do presidente da República seja igual ao dos ministros do STF, previsão essa que atende ao princípio da moralidade.
20. **(CESPE - 2014)** No que se refere ao Poder Judiciário e à magistratura, julgue os itens subsequentes.  
Não é permitido aos juízes dedicar-se à atividade político-partidária, salvo se licenciados.
21. **(CESPE - 2014)** No que se refere ao Poder Judiciário e à magistratura, julgue os itens subsequentes.  
De acordo com o STF, a garantia da inamovibilidade não alcança juízes substitutos, ainda que assegurados pelo instituto da vitaliciedade.
22. **(CESPE - 2014)** Com relação aos órgãos do Poder Judiciário, julgue os itens que se seguem.  
Insere-se na esfera das competências privativas do Poder Executivo da União e dos estados a iniciativa de, a requerimento do tribunal interessado, propor ao Poder Legislativo respectivo a alteração da organização e da divisão judiciárias.
23. **(CESPE - 2013)** e às ouvidorias de justiça, julgue os itens que se seguem.  
A Constituição Federal (CF) determina a criação, por iniciativa dos tribunais de todo o país, de ouvidorias de justiça com competência para receber reclamações e denúncias de qualquer pessoa interessada, desde que dirigida contra órgãos ou serviços auxiliares do Poder Judiciário, excluídos os juízes individualmente considerados.

**24. (CESPE - 2013)** julgue o item seguinte.

O ingresso na carreira da magistratura ocorre mediante concurso público de provas, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade advocatícia.

**25. (CESPE - 2013)** Julgue os itens a seguir, que tratam da organização de instituições do Estado brasileiro e de seu funcionamento.

De acordo com a CF, os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e todas as decisões administrativas dos tribunais ocorrerão em sessões públicas.

**26. (CESPE - 2013)** A respeito do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

O Poder Judiciário municipal é representado pelo juiz de direito em exercício na comarca.

**27. (CESPE - 2013)** No que concerne ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

Não poderá ser promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal.

**28. (CESPE - 2013)** No que concerne ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

São órgãos do Poder Judiciário, entre outros, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União.

**29. (CESPE - 2013)** As decisões dos órgãos do Poder Judiciário devem ser fundamentadas e públicas, ressalvadas as decisões administrativas em matéria disciplinar.

**30. (CESPE - 2013)** No que diz respeito ao Poder Judiciário, julgue os itens subsecutivos.

O juiz não poderá exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

GABARITO					
1	CERTO	2	ERRADO	3	ERRADO
4	ERRADO	5	ERRADO	6	ERRADO
7	ERRADO	8	ERRADO	9	CERTO
10	ERRADO	11	CERTO	12	CERTO
13	ERRADO	14	ERRADO	15	CERTO
16	ERRADO	17	CERTO	18	ERRADO
19	ERRADO	20	ERRADO	21	ERRADO
22	ERRADO	23	ERRADO	24	ERRADO
25	CERTO	26	ERRADO	27	CERTO
28	ERRADO	29	ERRADO	30	CERTO

## FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. **(CESPE - 2016)** Com relação às competências do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue o item que se segue.  
Cabe ao próprio Ministério Público a iniciativa de propor ao Poder Legislativo a edição de lei ordinária que disponha sobre a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como sobre a política remuneratória e seus planos de carreira.
2. **(CESPE - 2016)** Acerca do Ministério Público e da defensoria pública, julgue o item seguinte.  
Os chefes dos Ministérios Públicos da União, dos estados e do Distrito Federal são nomeados pelo presidente da República.
3. **(CESPE - 2016)** Acerca do Ministério Público e da defensoria pública, julgue o item seguinte.  
Ao defensor público estadual é assegurada a garantia de inamovibilidade.
4. **(CESPE - 2016)** No que se refere às funções essenciais à justiça, julgue o próximo item.  
É possível que um membro do Ministério Público estadual, aos trinta e seis anos de idade, seja nomeado pelo presidente da República ao cargo de procurador-geral da República, após seu nome ser aprovado pela maioria do Senado Federal, para um mandato de dois anos, permitida a sua recondução por uma única vez.
5. **(CESPE - 2015)** A partir do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte.  
Como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a Defensoria Pública incumbe-se da orientação jurídica e da defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, em todas as esferas judiciais, cabendo-lhe atuar extrajudicialmente, em processos administrativos, apenas de maneira subsidiária, quando não existir, na respectiva localidade, serviço jurídico público ou privado de atendimento gratuito à população.
6. **(CESPE - 2016)** Com relação à ordem social, ao processo legislativo, à advocacia pública e à ordem econômica e financeira, julgue o item seguinte.  
A consultoria e o assessoramento jurídico das autarquias federais, fundações públicas e privadas, empresas públicas e sociedades de economia mista que sejam controladas pela União são de competência privativa da AGU.
7. **(CESPE - 2016)** Com relação às funções essenciais à justiça, julgue o seguinte item.  
A CF autoriza, em casos excepcionais, que a DPU exerça a representação judicial de autarquia federal em demanda que discuta matéria relacionada à defesa dos direitos dos quilombolas.
8. **(CESPE - 2016)** Em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e à Defensoria Pública (DP), julgue o item a seguir.  
Do princípio institucional da unidade não decorre a vedação à existência de posições discordantes entre os membros da DP, haja vista a independência funcional a eles garantida.

9. **(CESPE - 2016)** A respeito do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.
- Os princípios institucionais da Defensoria Pública incluem a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
10. **(CESPE - 2015)** Julgue o item seguinte, a respeito das funções essenciais à justiça.
- A defensoria pública possui legitimidade para instauração de inquérito civil público.
11. **(CESPE - 2015)** Julgue o item seguinte, a respeito das funções essenciais à justiça.
- O Ministério Público detém legitimidade para postular, em juízo, direitos individuais homogêneos quando estes se enquadrem como subespécie de direitos coletivos indisponíveis e desde que haja relevância social.
12. **(CESPE - 2015)** Julgue o item seguinte, a respeito das funções essenciais à justiça.
- As defensorias públicas dos estados são vinculadas ao Poder Executivo por meio das secretarias de estado de justiça, sendo a autonomia prevista apenas para a Defensoria Pública da União.
13. **(CESPE - 2015)** Julgue o item que se segue, relativos ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça.
- A autonomia administrativa é garantida constitucionalmente ao Ministério Público e à defensoria pública, mas não à advocacia pública.
14. **(CESPE - 2015)** Em relação ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue o seguinte item.
- O Ministério Público Eleitoral é parte integrante do Ministério Público da União, tem estrutura própria e é composto por procuradores investidos no serviço público mediante aprovação em concurso próprio para a respectiva carreira.
15. **(CESPE - 2015)** No que se refere ao tratamento conferido pela CF à DP, julgue o seguinte item.
- Aos defensores públicos empossados após a promulgação da CF é permitido o exercício da advocacia privada, desde que não conflitante com o exercício de suas atribuições institucionais.
16. **(CESPE - 2016)** Acerca das funções essenciais à justiça,
- Incumbe ao Ministério Público, entre outras importantes delegações constitucionais, a defesa do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis.
17. **(CESPE - 2016)** Acerca das funções essenciais à justiça,
- O advogado-geral da União, chefe da AGU, é eleito pelos seus pares para mandato de dois anos não renováveis.
18. **(CESPE - 2016)** Acerca das funções essenciais à justiça,
- Incumbe ao Ministério Público, por delegação constitucional, representar a União, judicial e extrajudicialmente, defendendo o Estado e a sociedade.

19. (CESPE - 2016) ou pelo Ministério Público, nos estados em que não esteja instalada a AGU.

20. (CESPE - 2016) Acerca das funções essenciais à justiça,

Embora elabore sua própria proposta orçamentária, o Ministério Público não goza de autonomia funcional e administrativa, estando vinculado às instâncias formais do Poder Judiciário.

GABARITO					
1	CERTO	2	ERRADO	3	CERTO
4	ERRADO	5	ERRADO	6	ERRADO
7	ERRADO	8	CERTO	9	CERTO
10	ERRADO	11	CERTO	12	ERRADO
13	CERTO	14	ERRADO	15	ERRADO
16	CERTO	17	ERRADO	18	ERRADO
19	ERRADO	20	ERRADO		

## SEGURANÇA PÚBLICA

1. **(CESPE - 2014)** Julgue o item seguinte , que tratam das relações entre as Forças Armadas e as forças auxiliares.

A Constituição Federal estabelece como forças auxiliares e reserva do Exército as polícias e os corpos de bombeiros.
2. **(CESPE - 2014)** Julgue o item seguinte , que tratam das relações entre as Forças Armadas e as forças auxiliares.

É competência concorrente do Exército legislar sobre material bélico, convocar e mobilizar as forças auxiliares.
3. **(CESPE - 2014)** Em relação aos Poderes Legislativo e Executivo e à segurança pública, julgue o item que se segue.

A Polícia Federal, organizada e mantida pela União, atua, de forma preventiva e repressiva, no combate a certos delitos, sendo ainda de sua responsabilidade o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária da União.
4. **(CESPE - 2014)** Em relação aos Poderes Legislativo e Executivo e à segurança pública, julgue o item que se segue.

O objetivo fundamental da segurança pública, exercida por meio das polícias federal, rodoviária federal, civis, militares e dos corpos de bombeiros militares, é a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
5. **(CESPE - 2014)** Acerca das disposições constitucionais relativas à segurança pública, julgue o item a seguir.

Na hipótese da ocorrência de crime contra o patrimônio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, compete à Polícia Federal apurar a infração penal.
6. **(CESPE - 2014)** Acerca das disposições constitucionais relativas à segurança pública, julgue os itens a seguir.

A Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal são órgãos destinados ao exercício da segurança pública no Brasil.
7. **(CESPE - 2013)** Julgue o item abaixo, que versa sobre a organização da segurança pública.

As polícias civis, às quais incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares, subordinam-se aos governadores dos estados, do DF e dos territórios.
8. **(CESPE - 2013)** Considerando as disposições da CF acerca da defesa do Estado, das instituições democráticas e a segurança pública, julgue os itens subsequentes.

As polícias civis são dirigidas por delegados de polícia de carreira, cabendo-lhes a incumbência de exercer genericamente as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais e militares, além de prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
9. **(CESPE - 2013)** Acerca das atribuições da Polícia Federal, julgue o item a seguir.

A Polícia Federal dispõe de competência para proceder à investigação de infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional, exigindo-se repressão uniforme.



- 10. (CESPE - 2013)** Acerca das atribuições da Polícia Federal, julgue o item a seguir.
- De acordo com a norma constitucional, cabe exclusivamente à Polícia Federal prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, portanto a atuação da polícia militar de determinado estado da Federação no flagrante e apreensão de drogas implica a ilicitude da prova e a nulidade do auto de prisão.
- 11. (CESPE - 2013)** Julgue o próximo item relativo à defesa do Estado e das instituições democráticas.
- A apuração de infrações penais cometidas contra os interesses de empresa pública federal insere-se no âmbito da competência da Polícia Federal.
- 12. (CESPE - 2013)** Julgue os próximos itens relativos à defesa do Estado e das instituições democráticas.
- A apuração de infrações penais cometidas contra os interesses de empresa pública federal insere-se no âmbito da competência da Polícia Federal.
- 13. (CESPE - 2013)** Julgue os próximos itens relativos à defesa do Estado e das instituições democráticas.
- Considere que determinada lei ordinária tenha criado órgão especializado em perícia e o tenha inserido no rol dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Nessa situação, a lei está em consonância com a CF, a qual admite expressamente a criação de outros órgãos públicos encarregados da segurança pública, além daqueles previstos no texto constitucional.
- 14. (CESPE - 2013)** Acerca das atribuições da Polícia Federal, julgue o item a seguir.
- A Polícia Federal dispõe de competência para proceder à investigação de infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional, exigindo - se repressão uniforme.
- 15. (CESPE - 2013)** Julgue o próximo item relativo à defesa do Estado e das instituições democráticas.
- A apuração de infrações penais cometidas contra os interesses de empresa pública federal insere-se no âmbito da competência da Polícia Federal.
- 16. (CESPE - 2012)** Com base nos preceitos constitucionais relativos à Polícia Rodoviária Federal (PRF), julgue o item a seguir.
- À PRF destina-se, na forma da lei, o patrulhamento ostensivo das rodovias estaduais e federais.
- 17. (CESPE - 2015)** é atribuição da PRF, na forma da lei, exercer, entre outras funções, a de polícia judiciária.
- 18. (CESPE - 2012)** Art. 6.º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
- Considerando os artigos da CF transcritos acima, bem como a doutrina e a jurisprudência acerca desses artigos, julgue o item que se segue.

O termo “segurança”, em ambos os artigos, trata da segurança pública, que é direito fundamental social a ser protegido pelo Estado por meio de atuação positiva e ostensiva, inclusive da PRF.

- 19. (CESPE - 2012)** Em relação às normas constitucionais relativas à segurança pública, julgue o próximo item.
- Os corpos de bombeiros militares e as polícias militares são forças auxiliares do Exército, não se subordinando aos governadores de estado.
- 20. (CESPE - 2012 - PRF - Nível Superior - Assunto: Segurança Pública)** Com base na legislação e nos preceitos constitucionais relativos à Polícia Rodoviária Federal (PRF), julgue os subsecutivos.
- Nos termos da legislação vigente, caberá à PRF, em casos de acidentes em rodovias federais, a adoção de procedimentos para a sua elucidação, inclusive, a realização de perícias.
- 21. (CESPE - 2012)** Compete privativamente à União legislar sobre a competência da PRF.
- 22. (CESPE - 2012)** Nos termos da Constituição Federal de 1988, é de responsabilidade da PRF a apuração de infrações penais sobre furtos e roubos de veículos.
- 23. (CESPE - 2012)** Nos termos da legislação ordinária, cabe à PRF, entre outras funções, a de realizar operações relacionadas com a segurança pública, desde que em conjunto com a Polícia Federal.
- 24. (CESPE - 2012)** Considerando as disposições constitucionais acerca de segurança pública, julgue o item a seguir.
- Cabe à Polícia Federal apurar infrações penais que atentem contra os bens, serviços e interesses da administração direta, das autarquias e das fundações públicas da União. Às polícias civis dos estados cabem as funções de polícia judiciária das entidades de direito privado da administração indireta federal.
- 25. (CESPE - 2012)** Considerando as disposições constitucionais acerca de segurança pública, julgue os itens a seguir.
- A Polícia Federal, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do exército.
- 26. (CESPE - 2012)** Com base na CF, julgue os próximos itens, referentes à ordem econômica e social brasileira.
- Os eclesiásticos estão isentos de prestar o serviço militar obrigatório em tempo de paz.
- 27. (CESPE - 2012)** O departamento de trânsito é um órgão que tem atribuições inerentes ao exercício da segurança pública.
- 28. (CESPE - 2012)** O direito à livre associação sindical é aplicável ao servidor público civil, mas não abrange o servidor militar, já que existe norma constitucional expressa que veda aos militares a sindicalização e a greve.

29. (CESPE - 2011) Acerca da segurança pública, julgue os próximos itens.
- As polícias civis dos estados não são organizadas e mantidas pela União e estão subordinadas, diretamente, aos respectivos governadores.
30. (CESPE - 2011) No âmbito estadual, compete às polícias civis a investigação e a apuração de infrações penais, exceto as militares e as de competência da polícia federal.

GABARITO					
1	ERRADO	2	ERRADO	3	CERTO
4	CERTO	5	CERTO	6	ERRADO
7	CERTO	8	ERRADO	9	CERTO
10	ERRADO	11	CERTO	12	CERTO
13	ERRADO	14	CERTO	15	CERTO
16	ERRADO	17	ERRADO	18	ERRADO
19	ERRADO	20	CERTO	21	CERTO
22	ERRADO	23	ERRADO	24	ERRADO
25	ERRADO	26	CERTO	27	ERRADO
28	CERTO	29	CERTO	30	CERTO

## ORDEM SOCIAL

1. **(CESPE - 2016)** No que se refere à ordem social, julgue o item seguinte.  
O Estado deve garantir educação infantil em creches e pré-escolas às crianças de até cinco anos de idade.
2. **(CESPE - 2015)** e na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, julgue o item subsequente.  
A CF estabelece que os entes da Federação devem organizar, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, cabendo aos estados atuar, prioritariamente, no ensino fundamental e no ensino médio.
3. **(CESPE - 2015)** A respeito do meio ambiente e dos direitos e interesses das populações indígenas, julgue o item seguinte.  
Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingresso em juízo em defesa de seus direitos e interesses, competindo à justiça federal processar e julgar os crimes relacionados aos direitos dos índios.
4. **(CESPE - 2013)** Considerando o disposto na CF acerca na ordem social, julgue o item subsequente.  
As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, incluídas no domínio constitucional da União Federal, são inalienáveis, indisponíveis e insuscetíveis de prescrição aquisitiva.
5. **(CESPE - 2015)** bem como na regulamentação de suas políticas, julgue o item a seguir.  
De acordo com as diretrizes constitucionais do Sistema Único de Saúde (**SUS**), as ações e serviços de saúde devem ser descentralizados no sentido de atender toda a população brasileira, sob o comando único do Ministério da Saúde.
6. **(CESPE - 2015)** bem como na regulamentação de suas políticas, julgue o item a seguir.  
O atendimento integral à população é uma diretriz do SUS e deve ser desenvolvido priorizando as ações assistenciais que incluam ações de vigilância em saúde.
7. **(CESPE - 2015)** bem como na regulamentação de suas políticas, julgue o item a seguir.  
A iniciativa privada pode participar do SUS em caráter complementar mediante formalização de contrato ou convênio, de modo que as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos têm prioridade.
8. **(CESPE - 2014)** Considerando os fundamentos de direito constitucional relacionados ao meio ambiente e aos povos indígenas, julgue os itens que se seguem.  
Como forma de garantia da efetividade do direito ao meio ambiente, incumbe ao poder público definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos, devendo a delimitação de tais espaços, bem como sua alteração ou supressão, ocorrer somente mediante a edição de lei específica.
9. **(CESPE - 2014)** Considerando os fundamentos de direito constitucional relacionados ao meio ambiente e aos povos indígenas, julgue os itens que se seguem.  
O meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum da sociedade, constitui direito difuso, e, por sua relevância, o legislador constituinte reservou à União a competência privativa para legislar acerca da matéria.

10. (CESPE - 2012) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.  
O direito à integridade do meio ambiente é típico direito de terceira dimensão e constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva.
11. (CESPE - 2013) No que se refere à ordem social, julgue o item subsequente.  
A CF reconheceu aos índios a propriedade e posse das terras que tradicionalmente ocupam.
12. (CESPE - 2016) É direito fundamental da pessoa humana o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Estado e à coletividade a garantia desse direito.
13. (CESPE - 2013) A floresta amazônica brasileira, assim como a mata atlântica, é considerada bem da União, devendo sua utilização ocorrer na forma da lei, em condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive no que concerne ao uso dos recursos naturais.
14. (CESPE - 2012) A remoção dos grupos indígenas de suas terras é proibida pela Constituição Federal, exceto em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco a população indígena, ou ainda no interesse da soberania do País, desde que, em todos os casos, haja referendo do Congresso Nacional.
15. (CESPE - 2015) não reconhece aos índios a propriedade sobre as terras por eles tradicionalmente ocupadas.
16. (CESPE - 2010) Ao poder público, nos termos da lei, compete organizar a seguridade social, considerando diferentes objetivos, entre os quais, está o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação, nos órgãos colegiados, dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo.
17. (CESPE - 2010) Cabe aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio, devendo aplicar, anualmente, pelo menos 18% de sua receita na manutenção e desenvolvimento da educação.
18. (CESPE - 2004) Uma das formas de financiamento da seguridade social é a contribuição social incidente sobre a receita de concursos de prognósticos.
19. (CESPE - 2004) O Estado deve conceder meios e condições especiais de trabalho aos indivíduos que atuem nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia.
20. (CESPE - 2010) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente pelo Estado, em espaços públicos e coletivos, garantida, entre outros benefícios, a gratuidade do transporte público aos maiores de sessenta anos.

GABARITO					
1	CERTO	2	CERTO	3	CERTO
4	CERTO	5	ERRADO	6	ERRADO
7	CERTO	8	ERRADO	9	ERRADO
10	CERTO	11	CERTO	12	CERTO
13	CERTO	14	ERRADO	15	ERRADO
16	CERTO	17	ERRADO	18	CERTO
19	CERTO	20	ERRADO		